

1 AGO. 1974

SINDICATO NACIONAL DOS EMPREGADOS BANCÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

COMUNICADO À IMPRENSA

A sessão extraordinária da Assembleia Geral do Sindicato dos Bancários do Distrito de Lisboa, iniciada no dia 27 de Junho p.p., prosseguirá hoje, dia 1 de Agosto, pelas 21 horas, no salão da Sociedade de Instrução e Beneficência «A Voz do Operário», Rua da Voz do Operário, 11-15, em Lisboa, a fim de analisar os restantes pontos da Ordem de Trabalhos, a saber:

2. Aperfeiçoamento do C. C. T.
3. Análise e discussão das propostas e moções apresentadas na última sessão da Assembleia Geral.

Lisboa, 29 de Julho de 1974.

Bancários em assembleia: a favor do saneamento é contra as horas extraordinárias

Os bancários, ontem reunidos em assembleia na Voz do Operário, tomaram medidas contra as horas extraordinárias no seu sector e em relação ao saneamento indispensável na Banca.

Esta reunião, em que estiveram presentes cerca de mil trabalhadores, era a continuação da assembleia geral extraordinária do dia 27 de Junho, e devia debruçar-se sobre os seguintes pontos da ordem de trabalhos: «Aperfeiçoamento do Contrato Colectivo de Trabalho» e «Análise e discussão das propostas e moções apresentadas na última sessão da A. G.».

Dentro do primeiro ponto da O. T., foi discutida uma proposta inicialmente apresentada como ponto prévio. Essa proposta procurava tomar medidas, no sector, contra a actual vaga de desemprego que grassa pelo País, atendendo a que no ramo bancário existem condições para cerca de mais 4000 empregos. Nesse sentido, propunha-se que cessasse, «de imediato, toda a

prestação de trabalho extraordinário nos serviços em que isso fosse possível», ao mesmo tempo que se propunha igualdade de horários para todos os trabalhadores, a partir de 1 de Agosto (de modo a resolver o problema do chamado «pessoal menor», que tem horários para lá das 40 horas semanais). O serviço que assim ficaria «vago» deveria passar a ser executado por trabalhadores admitidos para o efeito.

Após uma intervenção da direcção do Sindicato, recordando que todo o recente trabalho das direcções regionais de Lisboa, Coimbra e Porto, vinha a processar-se no sentido de estabelecer um caderno reivindicativo comum, a aprovar em assembleias gerais regionais, que englobaria muitos desses pontos, a assembleia aprovou, com uma nova forma proposta pelo sócio Carlos Grilo, apenas o ponto 1 dessa proposta na especificidade, tendo todos os outros ficado aprovados na generalidade e funcionando como recomendações à actual direcção dos Bancários.

A fórmula adoptada pela assembleia foi a seguinte: «Que os trabalhadores bancários, nos seus respectivos bancos, vão encontrando formas de luta que permitam a suspensão a curto prazo do trabalho extraordinário usado abusivamente».

No ponto seguinte da O. T., dever-se-ia proceder à discussão de uma proposta complexa sobre questões de saneamento, que resultava de uma tentativa de fusão das várias propostas apresentadas na sessão de 27 de Junho sobre o mesmo assunto e que não chegaram, na altura, a ser discutidas.

Antes do presidente da mesa, Manuel Esteves Rodrigues (1.º secretário da direcção) passar à leitura dessa proposta unificada, a direcção fez uma intervenção de fundo sobre a sua posição em relação ao saneamento em si, sua inserção no actual momento político português e critérios que, no seu entender, deviam orientar os processos de saneamento.

Na comunicação da direcção do Sindicato afirmava-se nomeadamente, que, agora mais do que nunca, se impunha a unidade dos trabalhadores com o Movimento das Forças Armadas para a concretização do Programa do M. F. A. que, a concretizar-se, constituirá um marco histórico não só na construção de uma sociedade mais justa, como na luta para acabar com a exploração do homem pelo homem. Neste contexto, o saneamento aparecia à direcção sindical como uma necessidade, uma vez que — citando o Primeiro-Ministro, coronel Vasco Gonçalves — «a democracia não se constrói com fascistas». «Lutamos pelo saneamento — afirmava-se ainda na comunicação da direcção dos bancários — porque é uma luta justa, que facilitará a democratização da sociedade e a luta dos trabalhadores por uma sociedade sem exploradores».

Como susceptíveis de imediato saneamento, a direcção dos bancários considerou aqueles que tinham sido mentores e agentes do regime fascista (legisladores, ex-ministros, agentes da ex-P. I. D. E., etc.), os que colaboraram com o regime fascista para reprimir os trabalhadores e por fim, todos aqueles que procurassem sabotar a vida económica do País de modo a criar condições favoráveis para manobras de reacção.

No momento em que abandonávamos a sala da «Voz do Operário», devido ao adiantado da hora, a assistência, de pé, aplaudia calorosamente a intervenção da direcção do Sindicato. Passar-se-ia, em seguida, à leitura e discussão da proposta unificada sobre saneamento.

3 AGO. 1974

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO PORTO

Praça do Município, 287-5.º-Esq.º — PORTO — Telef. 32702

CONVOCATÓRIA

Assembleia Geral Ordinária

Ao abrigo do artigo 38.º dos nossos Estatutos, convoco a Assembleia Geral Ordinária deste Organismo para o dia 19 de Agosto próximo, pelas 21 horas, no Salão da F. N. A. T., à Praça da Batalha, n.º 32, nesta cidade, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1.º — Leitura e apreciação da acta da última Assembleia Geral Ordinária.
- 2.º — Leitura, apreciação e deliberação sobre as Contas referentes ao exercício de 1973.

Se à hora marcada não comparecer número legal de Sócios, funcionará a Assembleia meia hora depois, com qualquer número.

Porto e Sindicato dos Bancários do Porto, 1 de Agosto de 1974.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Antônio Luís Mendonça de Freitas Monteiro

Os livros, correspondência e demais documentos encontram-se à disposição dos Associados, todos os dias úteis, excepto ao sábado, das 16 às 19 horas.

3 AGO. 1974

PIPOCAS

«MENOS TEMPOS DE TRABALHO PARA BANCÁRIOS».

Para o título.

A notícia a 1 coluna, 13 linhas.

O jornal era «A CAPITAL», u.º 2292 de sexta-feira, 28 de Julho de 1974...

★

Os bancários ainda não sabem de nada...

★

Quem teria fornecido a «notícia»? Algum capitalista?

★

Aliás, a notícia, e o próprio título, pareciam inofensivos. Seriam?

★

A quem interessam esta e outras mentiras?

★

A fonte devia ser «geralmente bem informada», pois, pelos vistos, a patranha nem careceu de confirmação...

★

Assim os bancários ficaram com a fama (não o «proveito») de reduzirem o tempo de trabalho, quando se apela precisamente no sentido contrário, para levar a cabo a reconstrução do País...

Quem teria sido o brincalhão?...

★

Sugiro que, em próxima oportunidade, o espaço que sobeje, correspondente ao desta «notícia», seja aproveitado para anúncios a... caixas de fósforos... em tamanho natural...

★

COMERCIO DO
PORTO

2 ABO. 1974

Porto

**HORÁRIO
DOS
BANCÁRIOS**

Ao contrário do que chegou a ser noticiado, não se registou, a nível sindical ou gremial, qualquer tomada de posição que implicasse redução do horário semanal de trabalho dos empregados bancários, para além de esporádicas alterações verificadas a título particular.

1 AGO. 1974

NÃO FOI ALTERADO o horário dos bancários

Não tem fundamento a divulgação da notícia segundo a qual se verificaria uma redução do trabalho semanal dos empregados bancários.

A título particular, verificaram-se algumas alterações de horário, todavia estas não significam, de modo nenhum, uma tomada de posição a nível sindical ou gremial, conforme informações por nós colhidas junto daqueles organismos.

3 AGO. 1974

PORTO

OS BANCÁRIOS PEDEM A SUSPENSÃO DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS

Continuou no salão de «A Voz do Operário», a assembleia geral extraordinária do Sindicato Nacional dos Empregados Bancários, iniciada a 27 de Junho.

Atendendo a que o ponto primeiro da sessão anterior tinha já sido cumprido, os trabalhos iniciaram-se, ontem, no ponto dois, respeitante ao aperfeiçoamento do C.T.T., sendo o último assunto inscrito na agenda a análise e discussão de propostas e moções.

Uma proposta, que concitou o interesse geral, compreende sete pontos e refere, nomeadamente, a imediata suspensão da prestação de horas extraordinárias nos serviços em que tal seja possível; uniformização dos horários do trabalho a partir de 1 do corrente por a diferenciação ser considerada discriminatória para o chamado «pessoal menor»; e criação de serviços com vista à admissão de maior número de trabalhadores.

Registaram-se, entretanto, diversas intervenções, das quais, resultou, após ampla discussão, a aprovação do ponto um, mas com nova redacção que ficou como se segue:

«Que os trabalhadores bancários vão encontrando dentro dos respectivos bancos, formas de luta que permitam a curto prazo a suspensão do trabalho extraordinário usado abusivamente».

Quanto aos restantes pontos, foram aprovados, na generalidade, embora ficasse decidido condicionar a sua aprovação ao encontro marcado para breve, entre as direcções de Porto, Coimbra e Lisboa.

AS HORAS EXTRAORDINÁRIAS IMPEDEM 4000 EMPREGOS NA BANCA

Medidas contra as horas extraordinárias e a favor do saneamento da Banca foram os assuntos tratados na assembleia de bancários, realizada anteontem, à noite, na Voz do Operário.

A reunião era a continuação de uma assembleia geral extraordinária, decorrida a 27 do mês passado, e atraiu cerca de mil trabalhadores. A ordem de trabalhos incluía o «Aperfeiçoamento do Contracto Colectivo de Trabalho» e a «Análise e discussão das propostas e moções apresentadas na última sessão da Assembleia Geral».

DEPOIS de aberta a sessão, foi apresentado um ponto prévio, incluído no primeiro tema a discutir. Segundo esse ponto, grassa por todo o país, no sector em causa, uma vaga de desemprego, embora os trabalhadores se vejam obrigados a fazerem horas extraordinárias a tal ponto que o conjunto destas significam a possibilidade de serem criados mais de quatro mil novos empregos, em estabelecimentos bancários e similares. Resumindo, as horas extraordinárias impedem a admissão de milhares de trabalhadores.

Nesta base, foi proposto que cessasse «de imediato, toda a prestação de traba-

lho extraordinário nos serviços em que isso fosse possível», simultaneamente que se propunha o estabelecimento de horários iguais para todas as categorias profissionais. Esta iniciativa visava especialmente o «pessoal menor» cujos horários ultrapassam as 40 horas semanais. Deste modo, o serviço por executar deveria ser assumido por novo pessoal, a contratar.

Nesta altura da discussão, interveio a direcção do Sindicato, que recordou o trabalho que as direcções regionais de Lisboa, Coimbra e Porto tem estado a levar a cabo, no sentido de ser elaborado um caderno reivindicativo comum, o qual será discutido e votado em assembleias regionais. Mais se disse que muitos dos pontos levantados na reunião fazem já parte do referido caderno comum.

Foi aprovada então a seguinte proposta: «Que os trabalhadores bancários, nos respectivos bancos, vão encontrando formas de luta que permitam a suspensão, a curto prazo, do trabalho extraordinário usado abusivamente».

O Saneamento

As moções apresentadas na última A. G., constantes do segundo ponto da O. T.,

referiam-se a questões de saneamento. Na altura, tinham sido apresentadas diversas propostas, que a direcção tentou reunir num documento único.

Mas antes de o Presidente da Mesa passar a ler o referido texto, a Direcção usou da palavra para tomar a palavra, fazendo uma análise de fundo sobre o que ela pensava sobre o processo de saneamento em discussão.

Segundo a Direcção, neste momento, impõe-se, mais do que nunca, a união entre os trabalhadores e o M. F. A., cujo programa, a ser integralmente cumprido, permitirá um sério avanço na construção de uma sociedade mais justa. No texto da direcção citou-se o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, quando aquele afirmou que «a democracia não se constrói com fascistas».

Como alvo de medidas imediatas de saneamento, a Direcção do Sindicato dos Bancários visa os mentores do regime fascista (legisladores, ex-ministros, agentes da ex-PIDE e outros), os que mais se notabilizaram na repressão dos trabalhadores e, por fim, todos quantos tentem sabotar a vida económica nacional, a fim de verem facilitadas manobras reaccionárias.

A intervenção da Direcção foi muito aplaudida por todos os presentes, que aprovaram, por unanimidade, todo o articulado apresentado.

Também foi discutida e aprovada uma proposta ao Governo Provisório para que este nomeie delegados seus junto de todas as instituições bancárias, quer aquelas em que o Estado é maioritário quer nas outras.

Ainda para discussão do primeiro ponto da A. G. de anteontem, vai ser marcada nova reunião, dentro de cerca de 15 dias.

7 A60. 1974

Saudação ae bancários aos movimentos de libertação

Do Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa recebemos a seguinte saudação dirigida ao PAIGC, MPLA e Frelimo, saudação essa aprovada por aclamação:

«Trabalhadores Bancários Portugueses saudam fraternalmente trabalhadores da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique nesta hora em que o direi-

to à Independência é reconhecido pelo Governo Português e que não deixem de lutar pela construção duma Pátria Democrática onde seja abolida a exploração do homem pelo homem. Fraternais Saudações».

Assina o ofício que insere a saudação acima transcrita Manuel José Esteves Rodrigues, primeiro secretário da mesa da Assembleia Geral daquele Sindicato.

6 AGO. 1974

ASSEMBLEIA GERAL DOS BANCÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

O aperfeiçoamento do Contrato Colectivo de Trabalho e a análise e discussão das propostas e mocções apresentadas na ultima assembleia geral foram os dois pontos discutidos, ontem, na reunião do Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa, realizada na sede de «A Voz do Operário», em prosseguimento da assembleia iniciada há dias.

A dirigir os trabalhos encontrava-se o presidente daquele Sindicato, J. Esteves, tendo uma das primeiras propostas a ser discutida a que dizia respeito á cessação de trabalho extraordinário e á uniformização de horários, uma vez que os continuos e os vigilantes, nesse aspecto, se encontravam bastante sobrecarregados. A proposta, que abrangia ainda outras disposições, foi entregue á mesa para posterior estudo, já que uma discussão, na altura, não seria aconselhável, dadas as conversações ainda a realizar com as direcções dos sindicatos de Coimbra e Porto.

Seguidamente, uma outra proposta, esta de Ferreira Guedes, pedindo aos ministérios competentes a immediata revogação do congelamento de salários superiores a sete mil e quinhentos escudos, baseada em que as pequenas empresas não seriam grandemente afectadas, por tal determinação dizer respeito apenas a uma minoria, não foi aceite para discussão, em virtude de não interessar, por ora, a sua aplicação.

Entrando-se, a seguir, no ponto n.º 3, foi salientado pelos componentes da mesa a importancia de saneamento numa empresa, tendo sido esclarecido que semelhante medida era applicável a todos os elementos que tivessem sido mentores do regime fascista ou apenas seus colaboradores, além dos que professassem ideologias reaccionárias, citando-se, como exemplo, o caso da formação de biquetes, por parte dos trabalhadores, no Banco de Angola, a fim de evitar a entrada de um administrador, considerado «altamente comprometido» e reconduzido pelo Governo.

Após J. Esteves se ter referido á necessidade de contacto permanente com as entidades responsáveis, no sentido de se saber quais os funcionários que haviam feito parte da extinta P.I.D.E., foi divulgada, por aquele presidente, a identidade de dois trabalhadores que, como é do conhecimento publico, actuaram como informadores.

Logo a seguir foi discutido o melhor processo de como efectuar um saneamento, tendo ficado assente que só num plenário era possível agir em conformidade e com justiça, até porque, afirmou J. Esteves, «há que distinguir o funcionário comprometido com o anterior regime do apenas antipático».

Uma proposta para reduzir para os 60 anos a reforma, prevista para os 65, foi rejeitada, o mesmo não acontecendo, porém, com a que exigia a demissão de todos os individuos nomeados pelo anterior Governo para a direcção dos bancos, que foi aceite por unanimidade.

Pouco depois os trabalhos foram dados por terminados, realizando-se de novo, uma assembleia geral em cada sindicato, dentro de duas semanas para aprovação do documento final.

UMA LEGISLAÇÃO MAIS JUSTA

PARA A ACTIVIDADE BANCÁRIA

— SUGERE O SINDICATO

Foram enviadas ao primeiro-ministro do Governo Provisório, coronel Vasco Gonçalves, as propostas aprovadas na Assembleia Geral do Sindicato dos Bancários do Distrito de Lisboa, realizada no dia 1 do corrente.

As propostas sugerem ao Governo Provisório a necessidade de abolir da legislação de trabalho o direito de o patronato proceder a despedimentos sem justa causa; a necessidade de se criarem os meios necessários a uma efectiva fiscalização das empresas internacionais com actividade no nosso país; a necessidade de que o Governo Provisório proceda a «uma regulamentação política de crédito no sentido de a colocar ao serviço dos verdadeiros interesses do Povo

Português». Adianta-se a sugestão de que «às estruturas bancárias sejam dados poderes para fiscalizar a acção dessa política».

As propostas dos bancários referem-se ainda ao saneamento. «Considerando que a política de saneamento aprovada por esta assembleia, no respeitante aos administradores nomeados pelo Governo fascista para os bancos emissores, pode não ser capaz de atingir os seus objectivos se junto da banca comercial não existirem delegados do Governo que contrariem a política de cerceamento do crédito que vem sendo adoptada, contrária aos interesses do País», os bancários apontam ao Governo Provisório «a necessidade urgente de imediata nomeação dos delegados do Governo para toda a banca comercial, depois de prévia consulta aos sindicatos».

12 Janeiro
8/8/74

DELEGADOS DO GOVERNO PARA A BANCA COMERCIAL PEDEM OS BANCÁRIOS

A necessidade de imediata nomeação de delegados do Governo para toda a banca comercial, «depois de prévia consulta dos sindicatos»

constitui um dos pontos da proposta enviada ao Primeiro-Ministro pelo Sindicato dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa e aprovada em assembleia geral.

Noutro passo, manifesta-se o desejo de que o Governo Provisório crie os meios necessários a uma efectiva fiscalização das empresas internacionais com actividades no nosso país, proceda a uma regulamentação da política de crédito no sentido de a colocar ao serviço dos verdadeiros interesses do Povo português e dê às estruturas sindicais bancárias poderes para fiscalizarem a aplicação dessa política.

9 AGO. 1974

SINDICATO DOS BANCÁRIOS

pede

delegados do Governo
nos Bancos

Na última assembleia geral do Sindicato dos Empregados Bancários, ficou decidido manifestar ao Governo Provisório «a necessidade urgente de imediata nomeação de delegados do Governo para toda a banca comercial, depois de prévia consulta aos sindicatos».

Esta decisão foi tomada tendo em conta «que a política de saneamento aprovada por esta assembleia no respeitante aos administradores nomeados pelo governo fascista, para os bancos emissores, pode não ser capaz de atingir os seus objectivos, se junto da banca comercial não existirem delegados do Governo, que contrariem a política de cerceamento do crédito que vem sendo adoptada, contrária aos interesses do país».

7 AGO. 1974

DELEGADOS DO GOVERNO NOS BANCOS

— pede o Sindicato dos Bancários

A assembleia geral do Sindicato dos Empregados Bancários de Lisboa decidiu manifestar ao Governo Provisório «a necessidade urgente de imediata nomeação de delegados do Governo para toda a banca comercial, depois de prévia consulta aos sindicatos».

Esta decisão foi tomada tendo em conta «que a política de saneamento aprovada por esta assembleia, no respeitante aos administradores nomeados pelo Governo fascista para os Bancos emissores, pode não ser capaz de atingir os seus objectivos se junto da banca comercial não existirem delegados do Governo que contrariem a política de cerceamento do crédito que, vem sendo adoptada, contrá-



BANCA: A SABOTAGEM ECONOMICA E UMA ARMA POLITICA

N

...a economia brasileira...

...o sistema financeiro...

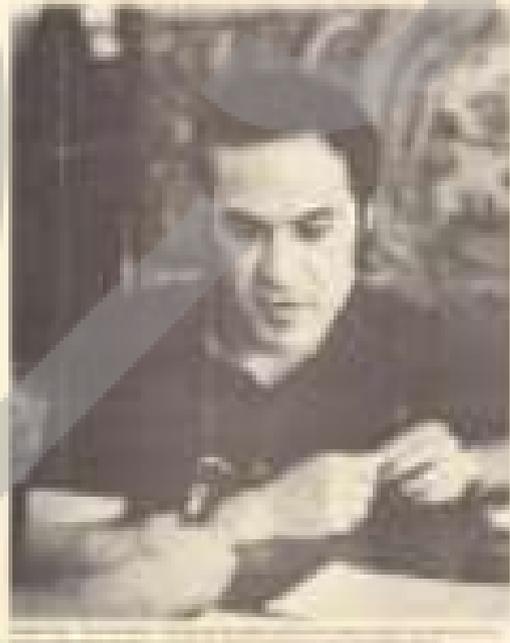
...a política econômica...

BANCA:

...a economia brasileira...

...o sistema financeiro...

...a política econômica...



...a economia brasileira...

...o sistema financeiro...

...a política econômica...



...a economia brasileira...

...o sistema financeiro...

...a política econômica...

SINDICATO NACIONAL DOS EMPREGADOS BANCÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

CONVOCATÓRIA ASSEMBLEIA GERAL

(SESSÃO EXTRAORDINÁRIA)

Ao abrigo do n.º 1 do art.º 22.º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral para reunir, em sessão extraordinária, no dia 27 do corrente, às 21 horas, na Sociedade de Instrução e Beneficência «A Voz do Operário», na rua da Voz do Operário, 15, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. C. C. T. — *Análise do documento a apresentar ao patronato;*
2. *Resolução do problema do inquilino do Sindicato;*
3. *Informações.*

Nos termos do parágrafo único do art.º 19.º dos Estatutos, a Assembleia só poderá funcionar à hora marcada com a presença de, pelo menos, um quarto dos sócios do Sindicato, funcionando meia hora depois com qualquer número de sócios.

Lisboa, 20 de Agosto de 1974.

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

a) *José de Andrade Soares*

DIÁRIO DE LISBOA
20 AGOSTO 1974

SINDICATO NACIONAL DOS EMPREGADOS BANCÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

5-B

CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL

(Sessão Extraordinária)

Ao abrigo do n.º 1 do art.º 22.º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral para reunir, em sessão extraordinária, no dia 27 do corrente, às 21 horas, na Sociedade de Instrução e Beneficência «A Voz do Operário» na Rua da Voz do Operário, 15 em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. C. C. T. — Análise do documento a apresentar ao patronato;
2. Resolução do problema do inquilino do Sindicato;
3. Informações.

Nos termos do parágrafo único do art.º 19.º dos Estatutos, a Assembleia só poderá funcionar à hora marcada com a presença de, pelo menos, um quarto dos sócios do Sindicato, funcionando meia hora depois com qualquer número de sócios.

Lisboa, 20 de Agosto de 1974

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

a) **José de Andrade Soares**

20 ABO. 1974

ASSEMBLEIA GERAL DE BANCÁRIOS

AVELINO GONÇALVES REAPARECEU COMO COMBATIVO DIRIGENTE SINDICAL

No salão da F. N. A. T., a Praça da Batalha, realizaram-se ontem duas assembleias gerais do Sindicato dos Bancários do Porto: uma ordinária para apreciação e votação do Relatório e Contas da Gerência de 1973, que não suscitou reparos da classe e que, por isso, colheu logo o assentimento por maioria; e outra extraordinária, para apreciação de assuntos de interesse, nomeadamente a organização do Sindicato e sua federação com organismos afins (nomeadamente com os seguros) e estudo e revisão de cadernos reivindicativos, bem o problema dos bancários, agora a ser analisado sob outras premissas.

Tanto a uma como a outra assembleia presidiu o sr. António de Freitas Monteiro, ladoado pelos seus dois secretários, estando presente toda a Direcção do Sindicato, à frente da qual se encontrava o sr. Avelino Gonçalves, que retomou a liderança do organismo, após a sua saída do primeiro Governo Provisório. Foi na meia hora inicial para discussão de assuntos de interesse para a classe que aquele antigo ministro teve duas ou três intervenções que permitiram aquilatar da experiência que colheu durante o curto espaço de tempo que esteve no Governo.

Nessa altura, foi discutido o problema dos trabalhadores que estão a ser atingidos pela

onda de desemprego, provocada por certos sectores económicos — nomeadamente das multinacionais — caso da «Applied Magnetic». Houve uma proposta no sentido de que os 11.180\$00, em poder do Sindicato, fossem desviados do seu primitivo destino (os operários da empresa de Tomé Feiteira, de Leiria, que, entretanto, voltaram ao trabalho) para aqueles que estão a ser lesados pela posição assumida pela «Applied Magnetic». Esta empresa, depois de ter um aval de 5.000 contos do Estado e de ver contempladas algumas das «reivindicações» a nível de Administração, mesmo assim fechou as suas portas, mercê de decisão da empresa-mãe, nos Estados Unidos.

Avelino Gonçalves, nesse aspecto, foi de opinião que as contribuições que estavam a ser recolhidas com destino aos trabalhadores da «Applied Magnetic» e a outras empresas deveriam ser entregues pelos próprios trabalhadores e não através do Sindicato, de modo a que se fizesse sentir ao Governo que não se tratava somente de uma medida de solidariedade — mas sim de uma iniciativa de todos os trabalhadores, com vista a que o Governo tome deliberações no sentido de contrariar as manobras que estão a ser levadas a efeito por grandes sectores da economia (os maiores), com vista ao boicote econó-

mico da democratização real e efectiva do país.

Tanto a proposta no sentido de que o Sindicato entregasse os 11.180\$00 aos trabalhadores da «Applied», como a opinião do sr. Avelino Gonçalves colheram a aprovação da assembleia, dado que deste modo poderá fazer-se sentir ao Governo que «os trabalhadores estão conscientes dos entraves que os monopólios estão a pôr às iniciativas do Governo, e que se encontram muito atentos a essa conjuntura.»

REPÚBLICA

21/8/74



AVELINO GONÇALVES

VOLTA AO TRABALHO SINDICAL

Bancários do Porto analisaram diversos assuntos de interesse para a classe, nomeadamente a organização sindical e a sua federação com organismos afins, revisão de cadernos reivindicativos e os problemas do desemprego, durante uma assembleia extraordinária do seu sindicato, em que participou Avelino Gonçalves, ex-ministro do Trabalho do I Governo Provisório.

A discussão do problema dos trabalhadores atingidos pelo desemprego, provocado por determinados sectores económicos (caso Applied Magnetic), suscitou uma proposta para que seja enviada àqueles trabalhadores a quantia de 11 180\$00, em poder do Sindicato dos Bancários e que se destinava aos operários da Empresa Tomé Féteira, de Leiria.

Avelino Gonçalves sugeriu entretanto que «as contribuições recolhidas para os trabalhadores de Applied Magnetic e de outras empresas deveriam ser entregues pelos próprios trabalhadores através dos sindicatos respectivos, para que se fizesse sentir ao Governo que não se trata «apenas de uma medida de solidariedade, mas sim de uma iniciativa de todos os trabalhadores, para que o Governo tome deliberações que contrariem as manobras levadas a efeito em certos sectores da economia».

As sugestões de Avelino Gonçalves tiveram a aprovação de toda a assembleia, que as considerou um meio de fazer saber que «os trabalhadores estão conscientes dos entraves que os monopólios estão a pôr às iniciativas do Governo».

CAPITAL - 21 AGOSTO 1974

Empregados bancários e de seguros estudam federação de sindicatos

50

Capital - 21.8.74

«A assembleia manifesta de forma inequívoca o seu apoio à direcção, no sentido de que sejam encetadas diligências para a constituição da Federação dos Sindicatos Bancários com os Sindicatos dos Seguros» — refere o conteúdo da proposta, aprovada por unanimidade, na assembleia geral ordinária do Sindicato dos Bancários do Porto, que agora

Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do Distrito de Coimbra

Area de Jurisdição: Distritos de Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu

SEDE:

Rua da Sofia, 139-4.º — COIMBRA

Telefones 26134/28492

Assembleia Geral CONVOCAÇÃO

Usando da faculdade que me confere o artigo 39.º, n.º 1 dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral deste Sindicato para o dia 27 de Agosto, pelas 20,30 horas na FNAT Livre — Rua António Granjo, 6 em Coimbra com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações
- 2 — Alteração ao C. C. T.

Se à hora marcada não comparecer número legal de associados, a Assembleia funcionará uma hora depois com qualquer número.

Coimbra, 19 de Agosto de 1974.

O Secretário da Mesa da Assembleia Geral,

a) Manuel Ferreira dos Santos

OS TRABALHADORES DA APPLIED CONTINUAM A SUA LUTA!

6-E
23-8-74

Com pedido de publicação, recebemos de trabalhadores da Applied o seguinte comunicado:

«Os trabalhadores da Applied continuam a sua luta!

Depois da fuga do administrador e do posterior encerramento da fábrica sem pagamentos aos trabalhadores, estes organizaram uma campanha de recolha de fundos na via pública que viria a terminar devido às atitudes insultuosas que certos elementos reacçãoários tomavam perante os trabalhadores, que recolhiam os fundos.

Foi nesta altura que recebemos o apoio oficial por intermédio do Ministério do Trabalho com 650\$00 para cada trabalhador e foi também nesta altura que apelámos para uma campanha de solidariedade, campanha esta que não se fez esperar. Assim, até hoje não tem parado a recepção de fundos daqueles que sentem o momento que os trabalhadores da Applied atravessam. Mas, apesar de termos recebido 1650\$ do Ministério do Trabalho e quase três centenas de contos nesta campanha de solidariedade, a nossa situação não deixou de ser bastante má.

Entretanto, ao mesmo tempo que decorre esta campanha de solidariedade decorre uma campanha caluniosa de difamação da comissão de trabalhadores e dos trabalhadores que a apoiam mais firmemente. Esta campanha, lançada por um grupo de chefes que sempre apoiou o administrador e que neste momento luta para enviar o material que se encontra na fábrica para os Estados Unidos sem garantias de receber o dinheiro pelo seu envio, tem como objectivo dividir os trabalhadores e, também, evitar que estes desmascarem a atitude do administrador

como sabotadora do processo democrático em Portugal. E também dentro deste espírito que temos recebido inúmeras cartas de indivíduos dos mais reacçãoários que nos ameaçam fisicamente e dizem sermos nós os causadores da fuga do administrador, nós que chegámos ao ponto de desistir de todas as reivindicações conseguidas e de consentir na demissão da comissão de trabalhadores representativa e eleição de uma outra com representantes da entidade patronal para que a fábrica não fechasse.

As intenções destes fascistas são por demais evidentes; a luta dos trabalhadores da Applied tornou-se-lhes incómoda porque tem desmascarado a intenção do administrador imperialista ao despedir 640 trabalhadores como uma parte das tentativas da reacção para entravar o processo democrático em Portugal.

Os trabalhadores da Applied apesar da sua situação difícil não desistirão da sua luta e continuarão a desmascarar aqueles que pretendem que o fascismo volte a Portugal, ao mesmo tempo que alertam a população para não se deixar influenciar por boatos que só prejudicam os trabalhadores e sobretudo para que desmascarem os elementos provocadores que os lançam.

Finalmente, damos o nosso reconhecimento a todos aqueles que numa atitude solidária nos enviaram fundos, ao mesmo tempo que continuamos a apelar para a solidariedade de todos os trabalhadores no sentido de contribuírem para remediar uma situação que hoje é dos trabalhadores da Applied mas que amanhã pode ser de outros.»

Enumeramos, a propósito, algumas das empresas cujos trabalhadores aderiram à

campanha de solidariedade aos trabalhadores da Applied, que atinge, neste momento, 279 811\$30: Isolux, Francisco B. Bruno, T.L.P., Promática, I.T.T., Standard, Autosil, Vitron (através da Intersindical e do Sindicato dos Trabalhadores Electricistas), Multiplano, Ubague, General Motors, Efacc, Melka, Siemens, Direcção-Geral de Transportes Terrestres, Siderurgia Nacional, Gulbenkian, Petroquímica, Indústria Metalúrgica Presidente, Lever, etc.

Têm-se verificado, igualmente, grande número de contribuições individuais de estudantes, trabalhadores e outras camadas da população, assim como de cem jorlistas do «Guardian» e de democratas ingleses.

Os trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos, através do Intersindical contribuíram com 50 contos.

23 AGOSTO 1974

A SOLIDARIEDADE DE TRABALHADORES 23/8/74 CONTRA AS MANOBRAS DO GRANDE CAPITAL

Procurando sabotar a economia nacional, tendo em vista criar dificuldades ao processo de democratização do País, os grandes grupos capitalistas nacionais e internacionais tentam recuperar os privilégios que tinham antes do 25 de Abril.

A sabotagem económica reveste-se de várias formas: dificuldades de crédito às pequenas e médias empresas, paralisação de encomendas, retenção de investimento, despedimentos parciais ou colectivos de trabalhadores sem justa causa, tentativas de encerramento de fábricas. Milhares de trabalhadores encontram-se presentemente desempregados, na consequência desta política do grande capital.

A Comissão Executiva dos trabalhadores da Caixa Geral dos Depósitos decidiu criar uma comissão de recolha de fundos para acudir às necessidades mais urgentes dos trabalhadores da Applied Agapoi, Consilium, etc, e ainda aos trabalhadores rurais de Beja, Évora e Santarém. Esta comissão afirma num comunicado distribuído: «É dever dos trabalhadores formar um bloco, uma frente única de resistência e liquidação desses ataques, solidarizando-se com todos os que são vítimas da repressão do capital.

Esta campanha teve já como aspectos práticos a entrega de 50 000\$00 para os trabalhadores da Applied, 17 000\$00 foram entregues à Intersindical para os trabalhadores da CONSILIUM e ainda 13 000\$00 destinados aos trabalhadores rurais a distribuir pela Intersindical. O mesmo comunicado afirma ainda que a comissão de recolha de fundos pensa entregar brevemente à Intersindical mais importâncias apuradas na campanha de solidariedade com todos os trabalhadores que lutam, não só pela melhoria de condições de vida, mas também para que os seus camaradas não sejam despedidos ou que os seus salários sejam atingidos pelas manobras do capital.

Seiádo

24/8/74

BANCO DE ANGOLA — Os delegados sindicais divulgaram um comunicado, no qual procuram definir a política de saneamento que vêm procurando conduzir. Afirma-se que os trabalhadores têm proposto o saneamento da administração não apenas com base no facto de aqueles elementos terem pertencido à A. N. P., à L. P. ou à M. P., mas sobretudo pela necessidade premente «de esta instituição, como as demais no País, ter a dirigi-la entidades cuja mentalidade e ideal em nada se identificassem com os do regime anterior, e pudessem ser portadores de uma total renovação e dinâmica capazes de contribuir largamente para a formação do Portugal novo — livre e democrático — em que todos estamos empenhados.»

Século

24-8-74

Banco de Angola"

5F + 6I

BANCO DE ANGOLA — Os trabalhadores, reunidos, considerando que em 6 do corrente veio a ser renomeado para vice-governador o dr. Nuno Morgado, pessoa que os trabalhadores, face a todo o seu comportamento anterior e compromisso com o Governo fascista (aspectos de que a comissão havia dado conhecimento aos Ministérios da Coordenação Económica e Interterritorial, fundamentando a sua destituição), não previam que recaísse tal nomeação, deliberaram: diligenciar junto do Governo Provisório no sentido de a sua legítima pretensão vir a ser aceite e manter, enquanto se não verificar qualquer decisão governamental, as medidas que actualmente vêm sendo executadas por vontade dos trabalhadores.

26 AGO. 1974

SINDICATO NACIONAL DOS EMPREGADOS BANCÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

CONVOCATÓRIA ASSEMBLEIA GERAL (Sessão Extraordinária)

Ao abrigo do n.º 1 do art.º 22.º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral para reunir, em sessão extraordinária, no dia 27 do corrente, às 21 horas, na Sociedade de Instrução e Beneficência «A Voz do Operário», na Rua da Voz do Operário, 15, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. **C. C. T. — Análise do documento a apresentar ao patronato;**
2. **Resolução do problema do inquilino do Sindicato;**
3. **Informações.**

Nos termos do parágrafo único do art.º 19.º dos Estatutos, a Assembleia só poderá funcionar à hora marcada com a presença de, pelo menos, um quarto dos sócios do Sindicato, funcionando meia hora depois com qualquer número de sócios.

Lisboa, 20 de Agosto de 1974

O PRESIDENTE
DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
a) José de Andrade Soares

26 AGO. 1974

SINDICATO NACIONAL DOS EMPREGADOS BANCÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

CONVOCATÓRIA ASSEMBLEIA GERAL (Sessão Extraordinária)

Ao abrigo do n.º 1 do art.º 22.º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral para reunir, em sessão extraordinária, no dia 27 do corrente, às 21 horas, na Sociedade de Instrução e Beneficência «A Voz do Operário», na Rua da Voz do Operário, 15, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. **C. C. T. — Análise do documento a apresentar ao patronato;**
2. **Resolução do problema do inquilino do Sindicato;**
3. **Informações.**

Nos termos do parágrafo único do art.º 19.º dos Estatutos, a Assembleia só poderá funcionar à hora marcada com a presença de, pelo menos, um quarto dos sócios do Sindicato, funcionando meia hora depois com qualquer número de sócios.

Lisboa, 20 de Agosto de 1974

O PRESIDENTE
DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
a) José de Andrade Soares

27 AGO. 1974 Porto

OS TRABALHADORES E OS SEUS PROBLEMAS

A NACIONALIZAÇÃO DOS BANCOS E INDÚSTRIAS BÁSICAS

Reuniu, conforme estava noticiado, o plenário da Intersindical, em que participaram dezenas de Sindicatos de todo o País.

Da ordem dos trabalhos constavam alguns pontos de fundamental importância, nomeadamente no sector da Previdência, em que foi aprovada uma moção a reafirmar que a gestão administrativa e financeira cabe aos trabalhadores segurados, competindo às organizações sindicais designar os seus representantes, e se aceita que no momento actual o Governo esteja representado na Previdência.

O tema dos despedimentos e do aumento do custo de vida mereceu o maior interesse. Uma moção exige a promulgação imediata da legislação do sistema tributário que dê cumprimento ao princípio de que deve pagar mais quem mais tem, defende ainda o rigoroso cumprimento pelas entidades patronais, quer do decreto-lei que estatuiu o salário mínimo quer das convenções colectivas negociadas: o desmantelamento imediato dos organismos corporativos na agricultura, comércio e indústria, os quais são um entrave ao desenvolvimento económico e um foco de reacção; a criação de mecanismos adequados que melhorem os circuitos comerciais e de distribuição, tendo em vista eliminar drasticamente os aspectos parasitários que só servem para encarecer os produtos e fomentar a especulação dos preços; e a definição de uma política económica que tenha em vista libertar a economia nacional da dependência em que se encontra em relação ao imperialismo, com o imediato aproveitamento de mercados até aqui vedados ao comércio nacional.

28 AGO. 1974

OS BANCÁRIOS DE LISBOA ANALISARAM O ANTEPROJECTO DO CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO A APRESENTAR AO PATRONATO

No vasto salão da «Voz do Operário» reuniu ontem à noite a assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Empregados Bancários do distrito de Lisboa. Constatava da ordem dos trabalhos a análise do projecto do novo contrato colectivo de trabalho a apresentar ao patronato; resolução do problema do inquilino do Sindicato e na parte final, um período destinado a informações.

Constituída a mesa, entrou-se imediatamente na discussão do anteprojecto, do acordo a apresentar pelo Sindicato e elaborado pela direcção que, depois de se dirigir a todos os camaradas, recordava que as relações de trabalho nas diversas instituições bancárias se encontravam reguladas por acordos celebrados entre os trabalhadores e as respectivas entidades patronais, recordando que esses acordos têm particularidades diferentes de instituição para instituição.

Considerando a vantagem da uniformização classifica o pessoal por classes, encarando o problema das promoções e os direitos e deveres das partes.

Em relação ao horário de trabalho preconiza que o período normal de trabalho semanal é de 35 horas com o horário diário de 7 horas. Estabelece regras sobre o trabalho extraordinário que não poderá ir além de

duas horas diárias, determinando a remuneração para o trabalho nocturno que, em certos casos, terá um acréscimo de cento e cinquenta por cento.

Depois de analisar o problema da retribuição, diuturnidades e promoções, apresenta o quadro das remunerações mínimas: empregado da classe A-16 000\$00; B-13 000\$00; C-11 000\$00; D-10 500\$00; E-9 500\$00; F-8 500\$00; G2-7 000\$00; G1-6 500\$00; J-7 250\$00; K/L-7 000\$00; M2-4 700\$00 e M1-3 700\$00.

O anteprojecto do contracto colectivo de trabalho apresentado pela direcção à assembleia trata ainda do problema da suspensão da prestação do trabalho, de cessação do contrato colectivo de trabalho, de regimes especiais e da Previdência.

Finda a leitura do anteprojecto apresentaram-se vários oradores que o analisaram minuciosamente, dizendo das suas discordâncias e da sua aceitação a uma assembleia um pouco tumultuária, que nem sempre ouvia com serenidade as opiniões dos vários oradores que se sucederam.

Noite adiante prosseguiu o debate, ficando para nova assembleia, a marcar posteriormente, a discussão das alíneas que não poderam ser analisadas na ordem de trabalho da presente assembleia.

28 AGO. 1974

BANCÁRIOS DISCUTEM ANTEPROJECTO DE CONTRATO

PARA análise do anteprojecto do novo contrato colectivo de trabalho a apresentar ao patronato, reuniu-se ontem à noite, na «Voz do Operário», a assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa. Constavam ainda da ordem dos trabalhos a resolução do problema do inquilino do sindicato e um período destinado a informações.

Em relação ao contrato colectivo de trabalho, o anteprojecto apresenta o seguinte quadro de remunerações mínimas: empregado da classe A, 16 000\$00; B, 13 000\$00; C, 11 000\$00; D, 10 500\$00; E, 9 500\$00; F, 8 500\$00; G2, 7 000\$00; G1, 6 500\$00; J, 7 250\$00; K/L, 7 000\$00; M2, 4 700\$00; e M1, 3 700\$00. Quanto ao horário de trabalho preconiza-se que o período normal de trabalho semanal é de 35 horas, com o horário diário de 7 horas. O trabalho extraordinário não poderá ir além de duas horas diárias e a remuneração para o trabalho nocturno terá, em certos casos, um acréscimo de cento e cinquenta por cento. O anteprojecto, que trata também do problema da suspensão da prestação do trabalho, da cessação do contrato colectivo de trabalho, de regimes especiais e da Previdência, continuará a ser discutido em próxima assembleia geral.

Ante-projecto de acordo a apresentar ao patronato

No salão da F.N.A.T., à Praça da Batalha, realizou-se, ontem à noite, nova reunião do Sindicato dos Bancários. Foi orientada pelo presidente da Assembleia Geral daquele organismo, sr. António de Freitas Monteiro, encontrando-se presente toda a Direcção, de que é presidente o sr. Avelino Pacheco Gonçalves, ex-ministro do Trabalho.

Antes da ordem do dia, a assembleia congratulou-se com o reconhecimento da independência da República da Guiné-Bissau, sendo ainda

dado conhecimento de que está já na fase de conclusão o Contrato Colectivo dos Cambistas, com sensíveis benefícios salariais.

Dentro da ordem de trabalhos, foi discutido o «ante-projecto de acordo a apresentar pelo sindicato ao patronato bancário, após apreciação da sassembleias», já publicado na íntegra pelo nosso jornal, na passada quinta-feira. Foi aprovado todo o primeiro ponto, continuando a discussão dos restantes.



PIQUETES DE TRABALHADORES DO BANCO DE PORTUGAL CONCRETIZAM MEDIDAS DE SANEAMENTO

D.P.
28-8-74
8-1

Os trabalhadores do Banco de Portugal decidiram, ontem, organizar-se em piquetes e impedir a entrada nas instalações do banco e suas dependências ao administrador, eng.º Perei-

ra Coutinho. Segundo nos informou um delegado sindical, trata-se da primeira medida concreta para o saneamento, decidido em reunião geral dos trabalhadores daquela instituição bancária, há cerca de dois meses e meio, medida essa que se inscreve «num processo em que foi p. lida a nacionalização e, conseqüentemente, o saneamento da administração, mas cujos prazos têm sido sucessivamente dilatados. Ultimamente, surgiu uma razão directa para actuarmos, resultante de um conflito com o eng.º Pereira Coutinho, o individuo mais representativo da repressão a que têm sido sujeitos os trabalhadores do Banco de Portugal e decidimos começar por ele, individualmente, embora a intenção seja a de sanear toda a administração.»

O mesmo informador disse-nos que aquele elemento da administração tentou, ontem, entrar no banco, sendo impedido pelo piquete e que, depois disso, não voltou a aparecer. Entretanto, e de acordo com as informações da mesma fonte, «tudo decorre na melhor ordem, com a maior atenção a qualquer aspecto que possa prejudicar a função do Banco, pois os trabalhadores têm perfeita consciência da sua importância na economia nacional».

Esta manhã, com início às 11 e 30, realizou-se uma reunião de todos os delegados para uma análise da nova perspectiva criada com a já anunciada nacionalização do Banco de Portugal e, depois de amanhã ou na próxima segunda-feira, terá lugar uma assembleia geral de trabalhadores.

COMERCIO DO
PORTO

5F

28 A GO. 1974

Porto

Trabalhadores do Banco de Portugal exigem saneamento da administração

Desde ontem de manhã, os trabalhadores do Banco de Portugal resolveram montar piquetes de vigilância nas entradas do edifício-sede para impedir o eng.º Pereira Coutinho de se dirigir ao seu gabinete de administrador representante do capital privado do Banco. Os delegados dos trabalhadores têm salientado a necessidade de sanear a instituição, ao mesmo tempo que apelam para a nacionalização da parte do capital que ainda está em mão de particulares. Aliás, a na-

cionalização dos bancos emissores é um dos pontos focados no programa do Movimento das Forças Armadas e que ainda não foi cumprido.

Os trabalhadores do Banco de Portugal acusam o eng.º Pereira Coutinho de ser o expoente máximo da repressão que sobre eles se abateu antes do 25 de Abril. Logo, a sua expulsão dos órgãos sociais do Banco de Portugal é o desenvolvimento de uma luta desencadeada bastante tempo antes da queda do regime fascista.

República - 29-8-24

5

CONVÍVIO

5

República - 29-8-24

A

DE BANCÁRIOS

A base socio-profissional dos bancários promove hoje, às 21 e 30, na Caixa Económica Operária, na rua Voz do Operário 64-2.º, um convívio musical no qual participam Luísa Basto, Carlos Paredes, José Jorge Letria e Adriano Correia de Oliveira.

29 AÇO. 1974

ANTEPROJECTO DO CONTRATO DE TRABALHO DOS BANCÁRIOS

No salão da «Voz do Operário» realizou-se uma assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa, para análise do anteprojecto do novo contrato colectivo de trabalho a apresentar ao patronato, constando ainda da ordem dos trabalhos a resolução do problema do inquilino do sindicato e um período destinado a informações.

Quanto ao contrato colectivo de trabalho, o anteprojecto apresenta o seguinte quadro de remunerações mínimas: empregado da classe A, 16 000\$00; B, 13 000\$00; C, 11 000\$00; D, 10 500\$00; E, 9 500\$00; F, 8 500\$00; G2, 7 000\$00; G1, 6 500\$00; J, 7 250\$00; KL, 7 000\$00; M2, 4 700\$00; e M1, 3 700\$00. Quanto ao horário de trabalho preconiza-se que o período normal de trabalho semanal é de 35 horas, com o horário diário de 7 horas.

Em relação ao trabalho extraordinário, não poderá ir além de duas horas diárias e a remuneração para o trabalho nocturno terá, em certos casos, um acréscimo de cento e cinquenta por cento.

O anteprojecto, que trata também do problema da suspensão da prestação do trabalho, da cessação do contrato

colectivo de trabalho, de reger-se-á a ser apreciado em próxima assembleia.

29 AGO. 1974

CONVÍVIO DO CANTO LIVRE

No salão de reuniões da Sociedade «A Voz do Operário» efectua-se hoje, às 21.30 mais um Convívio do Canto Livre, promovido pela Base Sócio-Profissional dos Bancários. Participa Luisa Basto, Carlos Paredes, J. J. Letria e A. Correia de Oliveira.

1 SET. 1975

Bancários do Norte aprovam regalias

PORTO — No salão do INATEL, no Porto, realizou-se uma assembleia extraordinária dos bancários do Norte, para continuação da discussão de uma proposta-base da comissão de nivelamento.

Dos vários pontos tratados salienta-se a renda das casas, considerando-se extintos os subsídios de renda. Os trabalhadores que ocuparem casas de instituições bancárias pagarão dez por cento da sua retribuição mensal efectiva. Estabeleceu-se uma plataforma para o subsídio de almoço e no que se refere a empréstimos para habitação. Uma proposta para a criação de cooperativas de construção, fundamentada na realidade portuguesa que é a falta de 500 mil casas de habitação foi rejeitada, tendo sido deliberado que o limite máximo de empréstimo para construção será de 840 contos, não podendo o custo da habitação ultrapassar os 1200 contos.

No final discutiram-se propostas relacionadas com regalias sociais, como assistência médica e pensões de sobrevivência.

- 3 SET. 1974

BANCÁRIOS REPUDIAM DECLARAÇÕES DE GALVÃO DE MELO

Um grupo de trabalhadores do Banco Viseense endereçou ao primeiro-ministro do Governo Provisório um telegrama no qual «repudia energeticamente» as declarações prestadas pelo general Galvão de Melo, membro da Junta de Salvação Nacional, numa recente entrevista concedida por aquele oficial-general à Radiotelevisão Portuguesa, transmitida após o noticiário das 21 horas da passada quinta-feira. Nessa entrevista, o general Galvão de

Melo prestou algumas informações sobre o inquérito, agora na sua fase final, levantado para o apuramento de responsabilidade do motim dos ex-agentes da extinta Pide-

-D. G. S., na Penitenciária de Lisboa, e na qual se pronunciou também sobre a amnistia concedida pelo Governo aos presos de delito comum, assunto este que já ocasionou uma tomada de posição do ministro da Justiça, dr. Salgado Zenha.

É o seguinte o texto do telegrama:

«Grupo trabalhadores Banco Viseense repudiam energeticamente afirmações general Galvão Melo feitas 29 corrente RTP atentatórias liberdade expressa programa MFA e apoiam firmemente Governo Provisório».

SÉCULO - 5 SETEMBRO 1974

BANCÁRIOS — Na Sociedade A Voz do Operário reuniu-se, ontem à noite, a assembleia geral do Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa com a seguinte ordem de trabalhos: análise do documento a apresentar ao patronato sobre o próximo Contrato Colectivo de Trabalho; resolução do problema do inquilino do Sindicato e informações.

Na primeira parte da ordem de trabalhos foi apresentado o anteprojecto de acordo a apresentar pelos sindicatos ao patronato bancário, que visa, especialmente, a uniformização das várias conquistas parcelares já obtidas em diversos bancos, desde Outubro de 1973. Os pontos principais do anteprojecto visam a distribuição do pessoal por classes, promoções, direitos e deveres das partes, horário de trabalho, trabalho extraordinário, retribuição, suspensão da prestação do trabalho, cessação do contrato de trabalho, regimes especiais e previdência.

Foi, também, deliberado pagar uma indemnização a um inquilino comercial que existe numa dependência da sede do Sindicato, cujas instalações fazem falta aos associados.

No capítulo das informações foram analisadas as resoluções do plenário da Intersindical, a que O SÉCULO ontem se referiu largamente. Focou-se ainda a necessidade de nacionalizar a banca e indústrias de base, sabotagem económica e, finalmente, a questão dos despedimentos nas empresas.

5-C

CAPITAL - 5/9/1974

Trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos

A comissão executiva dos trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos aprovou, em reunião de delegados, um documento que propõe a discussão, nos serviços, filiais e agências, «de formas de luta a adoptar na defesa e conquista do caderno reivindicativo». Pretende-se também a convocação de um plenário para debate das propostas aprovadas na reunião de delegados e, por fim, que seja manifestada publicamente a

solidariedade e apoio da classe à luta dos trabalhadores em geral, e, em particular, à dos trabalhadores do Banco Nacional Ultramarino.

9 SET. 1974

REUNIÃO DE DELEGADOS BANCÁRIOS

O Sindicato dos Bancários de Lisboa realiza amanhã uma reunião geral de delegados na União de Grémios de Lojistas de Lisboa, rua Castilho, 14.

A reunião principia às 22 horas e a ordem de trabalhos inclui a informação e a análise da estrutura sindical.

10 SET. 1974

O Sindicato dos Bancários repudia os actos da minoria branca

A direcção do Sindicato dos Bancários de Lisboa enviou, ao Presidente da Republica, ao primeiro-ministro Vasco Gonçalves e á Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas, telegramas em que, «manifestando o sentimento dos trabalhadores do sector, manifesta o regozijo pelo bom termo das conversações de Lusaca». Nesses telegramas, a direcção dos Bancários repudia os actos da minoria fascista em Lourenço Marques, «esperando enérgica acção que subjuguê esses actos reacccionários, que pretendem pôr em causa a colaboração fraterna entre brancos e negros na construção de uma pátria moçambicana livre e amiga do nosso querido país».

A terminar, os dirigentes do Sindicato dos Bancários, nestas suas mensagens, lembram que, «nesta hora crítica, mas grandiosa, da nossa Pátria, urge pôr fim ás manobras reacccionárias internas que, sendo perigo grande para o futuro do nosso país, visam também encorajar os actos de minorias prasitas e reacccionárias em Africa».

Os pescadores de Lisboa perante a sublevação em Moçambique

Os pescadores de Lisboa enviaram ao Presidente da Republica o seguinte telegrama:

«Pescadores de Lisboa, reunidos em assembleia geral, tomando conhecimento sublevação em Lourenço Marques de forças reacccionárias e fascistas em atitude criminosa de opposição ao processo de democratização nacional e ás legítimas aspirações á independência do povo moçambicano, deliberaram:

1. Manifestar á Junta de Salvação Nacional e ao Governo Provisório o nosso total apoio á concessão de independência ao povo de Moçambique e a nossa solidariedade com os trabalhadores moçambicanos.

2. Exigir, em relação ás forças sublevadas, castigo impiedoso que sirva de aviso a todos que queiram atentar contra o desejo de todo o povo português de restabelecimento de uma sociedade democrática e se oponham ao processo rápido de descolonização com vista á independência dos povos ainda sob dominação colonial.»

10 SET. 1974

Tomada de posição do Sindicato dos Bancários do Dis- trito de Lisboa

A direcção do Sindicato dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa endereçou telegramas ao Presidente da República, ao primeiro-ministro e à Comissão Coordenadora do Programa do Movimento das Forças Armadas manifestando regosijo pelo bom termo das conversações de Lusaca, repudiando os actos da minoria fascista de Lourenço Marques e afirmando que urge pôr termo às manobras reacçãoárias internas.

10 SET. 1974

Bancários de Lisboa condenam rebeldes

REGOZIJANDO-SE com o acordo de Lusaka, a direcção do Sindicato dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa enviou ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro e à Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas, o seguinte telegrama:

«Direcção Sindicato Bancários Lisboa intérprete sentimentos trabalhadores nosso sector manifesta regozilho bom termo conversações Lusaka, aproveita manifestar interior apoio segundo Governo Provisório esperando medidas enérgicas julguem actos condenáveis parasitas reaccionários Lourenço Marques que pretendem sabotar amizade e colaboração entre Moçambique e nossa querida Pátria nesta hora grande dois povos irmãos. Aproveita alertar Governo necessidade urgentes medidas cortem passo reacção interna como forma desencorajar seus comparsas fas-

cistas em África e único meio levar bom termo programa M. F. A. que nosso povo fez seu.»

10 SET. 1974

OS SINDICATOS:

**CAIXEIROS DE LISBOA
BANCÁRIOS DE LISBOA
PROPAGANDA MÉDICA
SEGUROS DE LISBOA**

LEMBRAM AOS SEUS ASSOCIADOS QUE DE ACORDO COM A ORIENTAÇÃO DADA PELA INTERSINDICAL, SE DEVE FAZER UMA PARALISAÇÃO GERAL DE 5 MINUTOS NO DIA 11 (DAS 11 AS 11,05 HORAS) EM HOMENAGEM A SALVADOR ALLENDE E AO POVO CHILENO.

FLAMA - 13/9/1974 - Cap e p.28/29 - 3 p.14



A NACIONALIZAÇÃO DOS BANCOS EMISSORES

Texto de CARLOS MOREIRA

ECONOMIA, HOJE A NACIONALIZAÇÃO DOS BANCOS EMISSORES

UM dos pontos do Programa do Movimento das Forças Armadas estipula a nacionalização dos bancos emissores. Trata-se de uma clara opção intervencionista no sector económico-financeiro que tem profundas motivações.

As instituições bancárias com estatutos de bancos emissores são o Banco de Portugal (para o continente e ilhas adjacentes), o Banco de Angola (para o respectivo estado) e o Banco Nacional Ultramarino (que opera nos restantes territórios a função emissora).

O significado destas nacionalizações e a sua importância no contexto económico actual exigem a análise das razões políticas, económicas e financeiras que determinaram as referidas nacionalizações num sector-chave, o da actividade bancária.

Trata-se de um extraordinário reforço da capacidade de actuação financeira do Estado, que conjuntamente com a Caixa Geral de Depósitos e outras instituições onde o Estado tem poder de nomear administradores, como, por exemplo, o Banco do Fomento Nacional e a Sociedade Financeira Portuguesa, formam um sólido bloco bancário de dinamização económica. O valor conjunto dos três bancos que vão ser nacionalizados poderá aperceber-se no quadro anexo, onde se devem notar os capitais próprios (cerca de 3,3 milhões de contos) e o volume da carteira de títulos (cerca de 8,5 milhões de contos).

BANCOS EMISSORES
ALGUNS DADOS DOS BALANÇOS DE 31/DEZ/1973
(em contos)

	Banco de Portugal	Banco de Angola	Banco Nacional Ultramarino
Capital	193 560	425 000	1 000 000
Reservas	247 015	786 595	633 664
Lucros	122 821	109 769	148 215
Títulos	1 983 599	2 425 979	4 082 875
Imobilizado	83 994	962 259	450 170
Total/Balanço	112 605 854	30 474 961	125 006 383

NOTA — Os valores expressos no IMOBILIZADO estão deduzidos das amortizações, o que nos permite supor que qualquer reavaliação apresentaria números muito superiores.

As razões políticas podem encontrar-se no plano de socialização de algumas empresas que, pela sua força económica, se aproximam de formas de monopólios de facto ou na prossecução de objectivos pragmáticos relacionados com a necessidade de rescisão dos contratos com o Estado Português no caso dos bancos com funções emissoras nas colónias e também de cisão provável entre as dependências das referidas instituições à medida que for sendo dada a independência aos territórios onde estão instaladas.

Não há, parece-nos, uma única razão política, mas um conjunto de factores dos quais o mais importante julgamos ser o objectivo de realizar um programa político de socialização, especificamente neste sector importante que é o da função emissora.

NACIONALIZAR: O QUE É?

Diz-se que há nacionalização quando uma unidade de produção privada (ou um sector) passa para o "contrôle" directo do Estado. Este "contrôle" pode ser exercido de diversas maneiras e nem sempre é acompanhado pela apropriação total dos meios de produção, embora esta última forma seja a mais comum.

- Características das empresas nacionalizadas:
- As explorações nacionalizadas têm personalidade moral e autonomia financeira.
 - As explorações nacionalizadas, em princípio, não estão sujeitas às regras da contabilidade pública.
 - Os órgãos de direcção, em princípio, desfrutam de autonomia em relação à Administração.
 - O capital pode não passar inteiramente para a posse do Estado. Os particulares podem ter uma percentagem importante do capital, na forma de acções, sempre inferior a 50 por cento do capital total.

As nacionalizações efectuadas em França e na Grã-Bretanha, após a Segunda Guerra Mundial, tiveram inspiração política e foram favorecidas pelas circunstâncias. Mas, à parte alguns casos particulares, estas nacionalizações tiveram justificações económicas e financeiras. Incidiram, sobretudo, no sector bancário e nos de energia e transportes. Estes sectores são considerados sectores-chaves da economia e a prossecução do interesse geral justifica que a sua gestão não esteja unicamente à procura do lucro.

Pode observar-se que o resultado das nacionalizações é muito variável. Ao que parece, as nacionalizações deram



BANCO DE PORTUGAL



BANCO NACIONAL ULTRAMARINO



BANCO DE ANGOLA

fracos resultados na Grã-Bretanha. Neste país fizeram-se até desnacionalizações. Em contrapartida, as nacionalizações deram bom resultado em França (S.N.C.F., Renault, E.D.F., etc.), melhores nos sectores de produção que nos sectores financeiros. Em França, aliás, o programa de nacionalizações é anterior à Segunda Guerra Mundial. Já em 1936 foi aplicada aos Caminhos de Ferro (S.N.C.F.), às empresas de construção aeronáutica e às fábricas de armamento militar. Em 1944/46 uma segunda série englobou as minas, electricidade, gás e a Renault.

COMO INDEMNIZAR?

Uma característica comum destas nacionalizações é a forte posição accionista que o Estado já detém em qualquer dos bancos emissores. Tal facto facilita naturalmente a nacionalização agora operada, mas as posições particulares existem e têm de ser adquiridas. Isso levanta a questão de como indemnizar e por que valor.

Não é usual que os particulares recebam em dinheiro por todas as dificuldades técnicas inerentes, incluindo em especial o efeito inflacionário de criação de moeda.

Normalmente o Estado escolhe uma forma de obrigação, isto é, um título de rendimento que pode revestir a forma de juro fixo ou indexado (flutuando em determinadas relações). Estes títulos têm um programa de amortizações que se estabelece a longo prazo (dez a vinte anos, em geral). Estamos quase certos que será isso que se irá estabelecer nestas nacionalizações. A outra grande questão que preocupa os accionistas particulares é o valor por que serão indemnizados. Com efeito, as cotações dos títulos destes três bancos variou, nos últimos três anos, entre três e catorze contos. Houve subscrição pública do Banco de Angola a 3000\$00 em 1971. Nos aumentos de capital do B.N.U., os próprios accionistas adquiriram acções sob reserva de preferência acima do valor nominal. Estes factos colocam o Estado perante a tarefa de avaliar cada uma das instituições e cremos que dois critérios podem ser seguidos: o da avaliação contabilística com reavaliação do activo ou o das cotações médias na Bolsa nos últimos anos.

As dificuldades técnicas do primeiro critério levam-nos a supor que a decisão seja tomada tendo em atenção os preços médios obtidos a partir das cotações do último ano ou dos três últimos (com uma provável desvalorização para acerto).

Resumindo, parece-nos que estas nacionalizações obedecerão, provavelmente, aos seguintes tópicos:

valor — média dos três últimos anos da cotação oficial dos respectivos títulos;

forma de pagamento — títulos de rendimento (obrigações ou fundos do Estado) de rendimento indexado;

prazo de amortização — longo prazo, não inferior a quinze anos.

13/9/1974
revisão geral do
lembros e minas
dip. de 28/29
Flama

DIÁRIO POPULAR - 14 SETEMBRO
1974

**OS BANCÁRIOS
FELICITAM
O GOVERNO
DA GUINÉ-BISSAU**

O Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa enviou dois telegramas, um dirigido ao contra-almirante Vitor Crespo, alto comissário do Estado de Moçambique, e outro ao Governo da República da Guiné-Bissau.

No primeiro, os bancários regozijam-se com a nomeação de Vitor Crespo, e no segundo saúdam o novo Estado independente.

Movimentos de solidariedade entre trabalhadores

O Sindicato dos Bancários de Lisboa entregou na Intersindical Nacional a quantia de 100 000\$00 e os trabalhadores dos Nitratos de Portugal, S. A. R. L., a de 15 205\$00, suas participações para a campanha de solidariedade aberta para os trabalhadores da empresa Applied Magnetics.

Também os trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos ofereceram a quantia de 20 000\$00 para ajudar os trabalhadores da Concilium.

A Federação Sindical Mundial (F. S. M.) entregou, igualmente, à Intersindical Nacional a quantia de 3000 dólares (78 contos) como prova de solidariedade para com o Movimento Sindical Português.

21 SET. 1974

Actividades do Partido Socialista

Nesta semana, a Secção de Abrantes do Partido Socialista, realizou duas sessões de Esclarecimento:

Na 3.ª feira, o Convento de S. Domingos, destinada aos Bancários e Funcionários Públicos de Abrantes, e, ontem, em Alvega.

Na 4.ª feira realizou nova Reunião de Trabalho de todas as suas comissões e dos núcleos de Freguesia.

Na 5.ª feira, nas Arreciadas, realizou uma sessão de formação de quadros.

Hoje fará nova sessão de formação de quadros em S. Miguel do Rio Torto.

Amanhã participará na Homenagem ao General Humberto Delgado, na Bro-

gueira — Torres Novas.

Nas sessões de esclarecimento participaram José Abreu, Jorge Costa, Manuel Dias, Gomes Mór e Mário Serras Passarinho.

Na próxima 2.ª feira realiza-se uma sessão de esclarecimento nos Casais de Revelhos, estando já previstas sessões no Carvalhal, na Amoreira, no Rossio, em Bemposta e em S. Facundo.

Na próxima semana, uma deputação da Secção de Abrantes de Partido Socialista deslocar-se-á a Lisboa, para tratar de diversos problemas de organização e da estruturação das secções regionais da Juventude Socialista e do Grupo Autónomo do Partido Socialista — GAPS.

21 SET. 1974

★
E o favor que os banqueiros fizeram (de acordo com notícia vinda a lume) em se negarem a negociar com o Sindicato dos Bancários por falta de... legislação (fascista)?...

★

21 SET. 1974

BANCOS:**NÃO BASTA NACIONALIZAR
É PRECISO SANEAR**

O Sindicato dos Bancários do Porto, a propósito da medida de nacionalização dos bancos emissores, afirma num comunicado que:

A nacionalização decidida inscreve-se directamente no Programa do Movimento das Forças Armadas. A concretização do Programa exige, aliás, que medidas deste tipo sejam adoptadas com o fim de adaptar a base económica do país às suas finalidades. Sem tais medidas anti-monopolistas estará permanentemente em causa o cabal cumprimento das resoluções do Governo Provisório, que têm um programa bem definido de acção.

Porém chama a atenção para as manobras fascistas, que «tudo fazem para que os bancos, depois de nacionalizados, continuem a ser fiéis servidores do seu interesse exclusivo» — o que mais uma vez põe na ordem do dia o problema do saneamento no sector bancário.

Não pode o grande patronato enxamear corpos sociais dos bancos nacionalizados de indivíduos completamente submetidos ao seu poderio.

Não pode permitir-se que os lugares-chave dos bancos nacionalizados sejam entregues a pessoas comprometidas com

os grandes senhores da banca privada, da indústria e do latifúndio para, servilmente, cumprirem as suas instruções.

Tais lugares-chave não podem ser confiados a pessoas cuja sujeição ao grande patronato possa entorpecer o processo de descolonização e impedir ou limitar a democratização do país. Este-lamos alertas!

Os trabalhadores bancários apelam pois para a vigilância das estruturas sindicais sobre possíveis manobras de controlo fascista. Não basta nacionalizar. É preciso sanear também!

Trabalhadores da C. G. D. aceitam a contra-proposta apresentada pelo Governo

Cerca de seiscentos trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, do total de três mil e seiscentos empregados daquela instituição, participaram na assembleia geral realizada, antecelena, na Voz do Operário, durante a qual aprovaram, por maioria (305

tasse à mesa os motivos que levaram à realização da reunião naquele dia, pergunta, aliás, que ficou sem resposta; e houve quem observasse (um trabalhador de Viana do Castelo) que a continuar a realizarem-se assembleias gerais da Caixa, sem dar possibilidade aos trabalhadores

Foram apresentadas listas com os nomes de quatro candidatos e reuniu maior número de votos (132), Joaquim Serra Oliveira, da Direcção dos Serviços de Crédito, do Calhariz. Os restantes candidatos foram os funcionários Vitoria (52) votos, Armando Coelho (45) e Melo (28).



Durante o plenário dos trabalhadores da Caixa Geral dos Depósitos que aprovou a contra-proposta do Governo as suas reivindicações

votos a favor e 215 contra) a contra-proposta do Governo às reivindicações que lhe foram apresentadas.

Iniciada às 15.30 a reunião prolongou-se por mais de quatro horas. Presidiu o funcionário Gama, secretariado pelos seus camaradas Melo e Campos, todos pertencentes à comissão executiva da Caixa Geral de Depósitos, ladeados pelos representantes dos três sindicatos bancários do País. Entre os presentes viam-se representantes de praticamente todas as agências espalhadas pelo continente.

A contra-proposta do Governo, apresentada pela Secretaria de Estado do Tesouro em termos idênticos a todas as seis instituições bancárias portuguesas pertencentes ao Estado, é a seguinte:

a) Aumento de mil escudos a título de remuneração complementar, o qual não deverá ser, por ora, integrado na remuneração base em vigor em cada uma das três instituições de crédito. Este complemento da remuneração será concedido ao pessoal das classes inferiores à C (exclusiva) — caso do Banco Nacional Ultramarino e do Banco de Fomento Nacional — e aos funcionários da Caixa Geral de Depósitos das categorias abaixo do grupo VII (exclusiva), com efeitos a partir de 1 de Setembro corrente.

b) Constituição imediata de uma comissão para o estudo dos sistemas de remuneração do Banco de Portugal, Caixa Geral de Depósitos, Banco Nacional Ultramarino, Banco de Angola, Banco de Fomento Nacional e Sociedade Financeira Portuguesa.

Esta comissão deverá funcionar junto do Ministério do Trabalho e ser constituída por um representante do Ministério do Trabalho, que presidirá; por um representante do Ministério das Finanças e por dois representantes de cada uma das seis instituições referidas — um da administração e outro dos trabalhadores.

O objectivo principal desta comissão será o de estudar soluções, com o fim de se alcançar o mesmo nível de justiça relativa, entre os sistemas de remunerações em vigor, naquelas instituições de crédito. Os resultados dos trabalhos da comissão deverão, portanto, conduzir à obtenção de um sistema simplificado de remunerações de trabalho.

c) Ao Conselho de Ministros deverá ser apresentada por esta comissão uma proposta de remunerações, a qual após a aprovação e entrada em vigor fará cessar, imediatamente a remuneração complementar, acima referida, de mil escudos.

d) Outras reivindicações apresentadas serão estudadas igualmente numa perspectiva global, mas só após a conclusão dos trabalhos a realizar sobre os sistemas de remuneração nas seis instituições de crédito.

A participação dos trabalhadores da província

No decorrer dos trabalhos que decorreram num ambiente do maior interesse, dada a participação activa dos presentes, houve numerosas intervenções. Entre elas há a salientar as que se referiram à melhor forma a adoptar para que os trabalhadores da C. G. D. que exercem a sua profissão fora de Lisboa possam manifestar-se sobre as decisões a tomar.

Um exemplo concreto: na sexta-feira passada realizou-se uma assembleia geral na qual, obviamente, não podiam participar os trabalhadores da província. Houve quem pergun-

da província de se pronunciarem, mais propriamente se deverão passar a chamar assembleias gerais dos trabalhadores de Lisboa da Caixa Geral de Depósitos. Outro interveniente nos debates, acerca desta mesma matéria, sublinhou: «É indispensável assegurar a possibilidade da participação de todos nas decisões dos plenários. Se isso não se der, acontece que são apenas alguns a impor a sua vontade e isso, antes e depois do 25 de Abril, chama-se ditadura.»

Um desejo da maioria: Fazerem parte dos sindicatos dos Bancários

Outro ponto que foi posto em relevo: a vontade da esmagadora maioria dos trabalhadores da Caixa em fazerem parte do Sindicato dos Bancários.

Para lá do facto de setenta por cento do pessoal da C. G. D. se ter inscrito já naqueles sindicatos voluntariamente, há a referir que foi por unanimidade que a assembleia aprovou a participação na mesa dos representantes daquele organismo.

Houve ainda quem, numa intervenção, tivesse lamentado que estejam a ser levantados entraves pelo Ministério das Finanças na referida sindicalização, enquanto no Ministério do Trabalho o assunto está a ser ponderado.

Objectivo a alcançar: Nivelamento dos vencimentos nas seis instituições de Crédito do Estado

Sobre a luta a travar no futuro imediato, a assembleia ouviu a opinião dos representantes das direcções dos três sindicatos bancários presentes. Explicaram que a contra-proposta do Governo permite a apresentação de todas as reivindicações justas e que é formulada com o desejo expresso pelos ministros das Finanças e sem pasta Melo Antunes de que se obtenha um nivelamento dos vencimentos nas seis instituições de crédito do Estado nas quais — revelaram — existem presentemente setenta e quatro tipos de vencimentos.

Para porém em relevo as diferenças actualmente existentes e que se procuram eliminar, referiram ainda que as mulheres, no Banco de Portugal, ganham cerca de mil escudos menos do que os homens; e que no Banco Nacional Ultramarino o rendimento anual por cabeça é de 13,75 meses, enquanto nos outros bancos chega a atingir 17 e 18 meses.

Acrescentaram que os resultados de um inquérito efectuado aos primeiros sete meses do corrente ano e tendo apenas em consideração o vencimento mensal recebido, deram como conclusão que o vencimento médio individual foi: no Banco Nacional Ultramarino, de 7955\$00; no Banco de Portugal, de 9400\$00; e na Sociedade Financeira, de 15153\$00.

Um dirigente dos bancários sublinhou nomeadamente: «Não será possível, claro, conseguir um nivelamento imediato, mas sim progressivo. Temos agora é de encontrar uma estratégia comum para alcançarmos a meta pretendida.»

Eleito o representante da Caixa na comissão agora criada

A última parte da assembleia geral foi preenchida com a eleição do representante da Caixa Geral dos Depósitos na comissão agora criada para o estudo dos sistemas de remuneração nas seis instituições de crédito do Estado.

23 SET. 1974

BEJA

BANCÁRIOS PROMOVEM CAMPANHAS DE ALFABETIZAÇÃO

A delegação de Beja do Sindicato dos Bancários vai promover um curso de monitores, que participarão em campanhas de alfabetização que aquela delegação sindical pretende igualmente levar a efeito em várias freguesias do concelho de Beja.

O referido curso terá início muito brevemente, funcionando na delegação daquele sindicato, situada no Terreiro dos Valentes, nesta cidade.

Será orientado por uma equipa de trabalhadores bancários, e as inscrições, que estão já a ser feitas,

destinam-se não apenas a funcionários daquele sector mas também a outros interessados na iniciativa.

D. Popular 24/9/74

REUNIÕES MARCADAS PARA HOJE

Estão marcadas para hoje as seguintes reuniões:

Ajudantes de despachante, despachantes privados e agentes aduaneiros — As 21 horas, nos Bombeiros Voluntários Lisbonenses, plenários daqueles trabalhadores para discussão e apresentação dos programas das listas dos novos dirigentes.

Colóquio em Vila Franca de Xira — As 21 horas, na Casa do Povo, sobre «Desporto e Tempos Livres», promovido pelo Movimento da Juventude Trabalhadora e orientado por Sousa Santos.

Trabalhadores da função pública — As 21 horas, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, para debate dos pontos: saneamento, análise crítica do processo desenvolvido até ao plenário e processos de trabalho a adoptar no futuro.

Comício no Pavilhão dos Desportos — As 21 e 30, promovido pelo Grupo de Acção Democrática de Cabo Verde e Guiné, comemorativo do 1.º aniversário da proclamação da República da Guiné-Bissau.

● AMANHÃ .

Professores da zona da Grande Lisboa — As 18 horas, na Rua das Gaivotas, 6, de todo o pessoal de educação não dependente do M. E. C.

Accionistas do Banco Nacional Ultramarino — As 18 horas, na Associação Comercial de Lisboa, Rua Eugénio dos Santos, para definir o critério de avaliação das acções do B. N. U. para efeitos de nacionalização.

Motoristas do distrito de Setúbal — As 21 e 30, na F. N. A. T. (em Setúbal), assembleia geral para tomada de posse dos novos corpos gerentes, prestação de contas, revisão da quotização e profissionalização de dirigentes sindicais.

Estudantes da Faculdade de Ciências — As 9 e 30, na sala A, para tratarem da passagem administrativa.

Comícios do Partido Socialista — As 21 horas, em Torres Vedras; e às 21 e 30, no Rossio ao Sul do Tejo e em Salvaterra de Magos, este com a presença de Rosa Rainho, Manuel Serra, Marcelo Curto e padre Sampaio.

24 SET. 1974

A SITUAÇÃO ECONÓMICA PORTUGUESA ANALISADA EM SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TÉCNICOS BANCÁRIOS

A actual situação económica portuguesa foi ontem apreciada no início de um seminário internacional de técnicos de bancos, a decorrer no Hotel do Guincho, promovido pelo Banco Português do Atlântico. Nos trabalhos, que terminam amanhã, participa cerca de meia centena de representantes de casas bancárias da Europa Ocidental e de Leste.

A abrir o congresso, o dr. Xavier Pintado traçou rapidamente as principais coordenadas da presente conjuntura económica-financeira nacional, demorando-se, depois, na análise das perspectivas que se oferecem à economia portuguesa, à luz dos acontecimentos políticos dos últimos meses. A inflação, que no primeiro trimestre do ano em curso atingiu uma taxa elevadíssima, abrandou consideravelmente nos meses de Maio a Julho — explicou o orador, acentuando, no entanto, que é de admitir um acréscimo anual da ordem dos 30 por cento.

O dr. Xavier Pintado analisou o poder concorrencial da nossa indústria nos mercados externos e o comportamento da balança de pagamentos, bem como a situação das nossas reservas externas. Quanto a estas notou que o Banco de Portugal dispõe de 2500 milhões de dólares em ouro e divisas, o que equivale a 5000 milhões se o ouro for avaliado aos preços internacionais de mercado. Esta enorme reserva, «o mais importante legado do regime anterior», seria suficiente para suportar durante dez anos o «déficit» da balança de paga-

mentos, na hipótese teórica de esta se manter ao nível previsto para o corrente ano.

De tarde, a sessão abriu com uma exposição do dr. Manuel Alves de Melo, do Ministério das Finanças, que se deteve sobre as linhas de força da «política fiscal e monetária» e se referiu aos princípios básicos adoptados para a política económica e social de modo a permitir o necessário enquadramento ao objectivo da intervenção e, simultaneamente, mostrar a forma pela qual a política fiscal e monetária se encontram, na medida das suas possibilidades, subordinadas essencialmente à realização dos objectivos estabelecidos para a política económica e social, de acordo com as seguintes prioridades: assegurar um elevado nível de emprego, contribuir para uma dinamização da actividade económica, melhorar a repartição dos rendimentos e, finalmente, combater a inflação.

Seguidamente, falou o eng.º Fernando Videira, director-geral da Indústria Transformadora, que fez uma desenvolvida exposição acerca dos «pontos fundamentais da actual política industrial portuguesa».

Acerca da promoção da actividade exportadora nacional, o dr. Duarte Silva, vice-presidente do Fundo de Fomento de Exportação, procedeu a uma pormenorizada análise do panorama geral das exportações portuguesas referindo-se à sua evolução e estrutura.

Após a comunicação do dr. Duarte Silva, entrou-se no período de debates, tendo intervindo representantes de Bancos americanos, ingleses, suíços, belgas, franceses, austríacos, gregos, turcos e checoslovacos.

25 SET. 1974

O Sindicato dos Bancários e os pequenos ex-accionistas do Banco Nacional Ultramarino

Da direcção do Sindicato dos Bancários de Lisboa, com o pedido de publicação, recebemos um comunicado que se refere «à convocatória que a Imprensa tem vindo a publicar em nome de pequenos accionistas do B.N.U.»

O comunicado começa por estranhar que «os convocantes se intitulem accionistas quando aquele Banco já está nacionalizado e, portanto, não tem mais do que ex-accionistas».

Em seguida, após indicação dos motivos e fins que diferenciam os grandes dos outros accionistas, o sindicato indica o seguinte:

Os pequenos accionistas pretenderam obstar à desvalorização dos seus pequenos capitais, à falta de segurança na doença e na velhice que o sistema fascista lhes oferecia, pretendiam, por esse meio, garantir a obtenção de bens necessários cada vez mais difíceis de obter no sistema de exploração desenfreada em que vivíamos (habitação, transporte, educação, etc.)

Também todos sabemos que os objectivos dos grandes proprietários de accções e dos grandes investidores não eram esses. Eles pretendiam sobretudo tomar posições nessas empresas que lhes permitissem utilizá-las em benefício dos interesses dos seus grupos económicos, ou então lhes permitissem vida larga e sem trabalho à custa da grande especulação parasitária.

Tendo em conta que a convocatória, ainda por cima, está a ser enviada, para os jornais, por uma agência de publicidade, o comunicado formula as seguintes perguntas:

Porquê todos os privados, se os interesses são diferentes? Porque se excluem da reunião os ex-accionistas públicos, se, só o Estado, possuía 33% do capital do Banco?

Neste sentido e admitindo que «alguns grandes monopolistas», como o Sindicato admite, «utilizam os pequenos ex-accionistas como carne para canhão», o comunicado conclui:

Não pode, portanto, o Sindicato dos Bancários de Lisboa deixar de alertar esses pequenos ex-accionistas, a opinião pública, e o Governo Provisório, para os perigos que essa reunião pode revestir se, de qualquer forma, pretender pôr em causa a forma e o conteúdo das nacionalizações decretadas pelo Governo Provisório, aliás prevista no Programa do M. F. A. Nem pode permitir-se que essa reunião pretenda levar os pequenos ex-accionistas a tomar posições contrárias ao Governo Provisório que, evidentemente, no momento actual, só aos grandes monopolistas e reaccionários podem interessar.

Movimento Sindical

(Conclusão da página 2)

danos e dos que provoca nos seus camaradas de trabalho. Portanto, deve:

- Ser o primeiro a actuar perante qualquer prepotência ou irregularidade, tais como:
 - Injúrias ao horário de trabalho
 - Trabalho extraordinário sem registo e não pago
 - Trabalho extraordinário sistemático sem ser suprido de pessoal
 - Ritmos de trabalho inaceitáveis, etc.
- Em caso de dúvida para uma acção imediata aconselhar-se com o Delegado e distribuir sempre a conhecer o carácter da prepotência que seja sanada ou não.
- Consciencializar-se, caso atinja um lugar de chefia, que continua a ser um trabalhador e os mesmos direitos e deveres como qualquer sócio do Sindicato.
- Participar não só na eleição do seu Delegado como também contribuir para a sua substituição sempre que este deixe de merecer a confiança das camaradas de trabalho.
- Apoiar sempre o Delegado nas suas atitudes sindicais, não o deixando isolado na sua acção de defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores.

II — DELEGADOS

Os Delegados são designados pela Direcção após eleição efectuada pelos camaradas no próprio local de trabalho. Todavia, em casos especiais, e sempre que as circunstâncias o exigiam, a Direcção pode fazer designações directamente sem recorrer à eleição.

O que é um Delegado Sindical?

É o representante da Direcção junto dos seus camaradas no local de trabalho. É, portanto, o elo de ligação entre o trabalhador e o Sindicato. É o suporte de toda a vida sindical e o dinamizador e continuador de uma política sindical defendida por uma Direcção representativa.

Assim, entre outras, terá como funções:

- Estabelecer, manter e desenvolver contacto permanente entre os trabalhadores e o Sindicato.
- Fiscalização do Cumprimento do C.C.T.
- Dar o parecer à Direcção acerca dos assuntos sobre que foram consultados, assegurando a execução das suas resoluções.
- Prestar à Direcção todas as informações julgadas convenientes.
- Cooperar com a Direcção no estudo, negociação ou revisão de condições colectivas de trabalho.
- Informar os camaradas de trabalho da actividade sindical e distribuir informação impressa.
- Exercer as demais atribuições que lhe sejam cometidas pela Direcção.
- Estreito contacto com as Comissões de Banco, no caso de Lisboa, e as respectivas Comissões Distritais.
- Promover eleições de novos Delegados no caso de via transferência ou demissão.

III — COMISSÕES DE DELEGADOS POR BANCO

Estas comissões existem apenas em Lisboa. Foram criadas

por um dado a elevado número de Delegados nos Setores, atendido por vezes a ordem das decimas, era necessário um grupo mais restrito para contactar e assegurar toda a actividade daqueles delegados.

A sua representatividade e acção circunstanciosas para o cumprimento da ordem de Lisboa, não interferindo em qualquer assunto na provincia, porque aqui existem as respectivas Comissões Distritais como vertentes mais avançadas. Eis algumas das funções:

- Coordenar a actividade dos Delegados.
- Centralizar a recolha e distribuição de elementos pedidos pela Direcção ou Comissão Distrital de Lisboa.
- Detectar e inscrever contribuintes, não sócios.
- Tratar dos assuntos de qualquer Delegado por impedimento do mesmo ou coordenar e aconselhar o substituto.
- Manter o quadro de Delegados completo, propondo ou verificando o processo de eleição quando se verificarem transferências, demissões, aposentadorias de novos lotes de trabalho ou aquelas em que ainda não há Delegados.
- Dar parecer sobre pedidos de demissão e sobre os novos Delegados, atendendo sobretudo ao oportunismo.
- Organizar sistemas de informação verbal dentro do mesmo Distrito — Comissão Distrital — Comissões de Banco — Delegados — Associados.
- Detectar e recolher dos Delegados e do Sindicato irregularidades na empresa para proceder conforme o caso exigir.
- Fomentar a participação activamente e activa dos Delegados junto dos camaradas.
- Actuar em representação dos Delegados de Lisboa e da Direcção do Sindicato dentro das atribuições normais e de outra natureza mandada da Direcção e por vontade dos outros Delegados.
- Promover as reuniões necessárias para o cabal cumprimento das suas funções.

IV — COMISSÕES DISTRI-TAIS DE DELEGADOS

Tanto em Lisboa como na provincia as Comissões Distritais de Delegados são elementos de ligação directa entre os Delegados, os eventualmente entre os associados e a Direcção com quem estão permanentemente em contacto.

Composição

Na Provincia:
É constituída por tantos elementos quantos os necessários e em função do número de Delegados do Distrito. Normalmente varia entre 5 e 10. Os seus membros são eleitos por todos os Delegados do Distrito. Entre si, o escolhido é órgão executivo que obviamente reside na capital do Distrito ou noutro ponto.

Em Lisboa:

É constituída por um elemento de cada Comissão de Delegados de todos os Bancos na cidade e pelos representantes dos Delegados do Distrito. Existe um Secretariado que compreende 5 membros periodicamente eleitos por

dos e Delegados sempre que necessário.

- Promoção de colóquios, reuniões, reuniões e outras actividades de carácter cultural e desportivo, etc. dentro da orientação do Programa da Direcção e com o apoio desta.
- Paralisação de informações inter-districtais sobre as diversas actividades desenvolvidas.

Em Lisboa:

- Coordenação e dinamização de todos as actividades das Comissões de Delegados dos Bancos.
- Atuação que as Comissões na Provincia em relação ao resto do Distrito, à excepção da administração das Intituições da Comissão Distrital.

SINDICATO BANCARIOS ESTRUTURA SINDICAL

Para uma correcta acção sindical, tendo em atenção o momento político que atravessamos após o 25 de Abril, resolveu-se da maior importância reconhecer, a todos os camaradas, a necessidade de trabalharmos colectivamente dentro duma estratégia adequada e comum. Sempre assim tentámos proceder e não obstante todos os condicionamentos, conseguimos muitas conquistas que no seu conjunto foram bastante positivas. Compreende-se que, perante a situação opressiva em que vivíamos, fosse difícil escutar algumas tarefas.

Após, criação de outras condições, tentamos de fazer um esforço para que se raque em um definitivo o 25 de Abril, mantendo-nos vigilantes a todas as manobras de provocação, oportunismo e prepotência.

Assim, dentro de um espírito de colaboração e dada a necessidade de fortalecer a organização sindical há que definir claramente toda a acção dos trabalhadores bancários, desde os associados à Direcção passando pelos Delegados, Comissões de Delegados e Comissões Distritais.

Prezando, desde muito, sem impedir os trabalhadores das suas próprias iniciativas e através dos órgãos existentes, seguir uma linha sindical correcta a fim de atingirmos os nossos objectivos, dentro da máxima organização, pelo que se torna necessário que todos tomem conhecimento e tenham sempre presente a estrutura sindical.

I — ASSOCIADOS

Devem ser os próprios trabalhadores, os primeiros a zelar pelo cumprimento do C.C.T.

Temos de manter em pleno a nossa dignidade de trabalhadores. E o trabalhador digno é o que, dentro das normas contratuais estabelecidas, presta o seu trabalho sem submeter-se. E também o que se mantém firme no cumprimento do C.C.T. não permitindo situações que só se verificam com a sua consciência. Se as acções, indicadas a si próprio, caírem sobre si a responsabilidade dos próprios

REPÚBLICA

LISBOA

28 SET. 1974

**SINDICATO NACIONAL
DOS EMPREGADOS BANCÁRIOS
DO DISTRITO DE LISBOA**

COMUNICADO

Informam-se os Bancários de que a reunião de negociação, a realizar no Ministério do Trabalho, entre os Sindicatos Bancários de Coimbra, Lisboa e Porto e o Grémio dos Bancos e Casas Bancárias, não terá lugar no dia 26 às 15 horas conforme oportunamente informámos, mas sim no dia 27 à mesma hora e no mesmo local.

A Direcção

A. Marques Alves

26 SET 1974

SETUBAL

SINDICATO
DOS BANCÁRIOSENCERRAMENTO
AO PÚBLICO

Dado a prática abusiva de todos os Bancos, que sempre se tem verificado, no que diz respeito ao encerramento dos mesmos ao público, os Delegados Sindicais representativos de todos os Bancos das Praças de Almada e Setubal, reuniram-se a fim de acordarem nas medidas a tomar de imediato, no sentido de pôr termo a tal ilegalidade, bem como de esclarecer todos os colegas, de modo a que deixe de haver dúvidas, sobre o que está legalmente estipulado.

Assim, considerando que para além do aspecto legal deste problema ser suficiente para que se cumpra, existe ainda o facto de o não cum-

primento do horário de trabalho, prejudicar gravemente os trabalhadores, e particularmente o serviço dos Caixas, não só porque os obriga a uma sobrecarga de serviço, como os sujeita à prática de trabalho extraordinário, eliminando-lhe os tempos livres para dedicarem à família, ao estudo, e a outras actividades que a sua condição de cidadãos livres, agora lhes concede, ficou deliberado o seguinte:

- Que todos os Bancos devem encerrar as suas portas ao público às 12 horas e às 15 horas e 30 minutos exactas, períodos a partir dos quais não se pode atender quem quer que seja, a não ser os clientes que já se encontrem dentro do estabelecimento, sob pena de tanto as gerências como os próprios empregados convenientes ficarem sujeitos a sanções não só de carácter legal como sindical.

26 SET. 1974

NO 4.º ANIVERSÁRIO DA INTERSINDICAL

ESTARÃO PRESENTES

AS TRÊS CENTRAIS SINDICAIS MUNDIAIS

A luta antifascista dos trabalhadores portugueses conheceu, a partir de 1968/69, um considerável reforço quer ao nível das iniciativas — manifestações, greves, etc., quer ao nível da organização e do empenhamento. Com efeito, é a partir dessa altura que os trabalhadores começam a eleger direcções sindicais da sua confiança — Bancários, Caixeiros de Lisboa, Metalúrgicos de Lisboa, Delegados de Propaganda Médica, Lanifícios de Lisboa, e são essas direcções sindicais que, clandestinamente, se começam a encontrar, trocando experiências, estudando em conjunto as formas práticas de combate à feroz repressão de que os trabalhadores eram vítimas, tanto por parte do governo fascista como do patronato.

Em Outubro de 1970 surgiu a Intersindical, embrião da frente unida das organizações Sindicais.

No próximo dia 1 de Outubro, terça-feira às 21 horas

no Campo Pequeno, a Intersindical comemora o seu 4.º aniversário que na conjuntura política actual terá como palavras de ordem essenciais:

Contra a reacção
Por uma organização sindical unitária

Além do Secretariado intervirão membros de alguns sindicatos filiados na Intersindical.

Sessões similares realizar-se-ão no Porto, Leiria, Santarém, Braga, Setúbal, Évora, etc., pelas Uniões Sindicais.

Juntamente com o Povo e os Trabalhadores da região de Lisboa foram também convidados a participarem nesta comemoração as centrais sindicais mundiais:

Confederação Mundial do Trabalho (C.M.T.), Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (C.I.S.L.) e a Federação Sindical Mundial (F.S.M.).

Bancários fiscalizam contas de fascistas detidos

— VAMO-NOS servir das credenciais que nós, delegados sindicais bancários, temos desde o 25 de Abril para procedermos à indispensável fiscalização nas instalações bancárias. Sem sermos prepotentes, vamos impor às entidades patronais a validade dessas credenciais — afirmou ontem à noite um director do Sindicato dos Empregados Bancários, numa reunião convocada de urgência na sua sede, em que estiveram presentes os delegados sindicais.

A reunião foi convocada, a fim de serem estabelecidas determinadas normas a adoptar nos bancos, a partir de hoje, em todo o País, derivadas da nova situação política, criada com a detenção de uma longa lista de indivíduos geralmente com contas bancárias muito elevadas.

— Foi tentada já junto do Primeiro-Ministro autorização para o congelamento das contas de todos os elementos fascistas presos e que constam da última lista tornada pública — disse o director do Sindicato dos Bancários. — Se a autorização não for confirmada, proceder-se-á à fiscalização atenta e minuciosa sobre todas essas contas.

Acrescentou, todavia, outro membro da direcção do sindicato que os ministros sem pasta, major Melo Antunes e major Vitor Alves, com quem a delegação encarregada tinha contactado, se haviam mostrado favoráveis à ideia do congelamento.

Sobre este ponto da ordem dos trabalhos ficou decidido que trabalhadores deverão contactar as secções de Informação dos respectivos estabelecimentos bancários, a fim de verificar não só as contas individuais dos presos, mas também das firmas a que esses mesmos indivíduos estão ligados. Foi pedida a máxima atenção para qualquer movimentação relacionada com a Lisgráfica, Norte

Importadora e Alivita, e alertou-se os delegados para o devido contacto dos conta-correntistas.

— Se por acaso se verificar qualquer tentativa de levantamento das contas dos indivíduos presos, o sindicato deverá ser contactado, antes de qualquer acção nesse sentido — afirmaram os membros dos directório daquele Sindicato dos Bancários.

Foram feitas lembrar algumas regras que presidiram ao funcionamento dos bancos, logo após o 25 de Abril, um tanto descuidadas ao momento. Entre elas figura o facto da necessidade da apresentação de uma lista dos empregados e respectivos vencimentos para levantamentos de ordenados, a não autorização de levantamentos superiores a 50 contos por mês, antes do vencimento de depósitos a prazo e, ainda, a indispensabilidade de apresentação do passaporte aquando da compra de moeda.

— Quanto aos cartões de crédito Sotro Mayor é absolutamente necessário que a sua utilização seja cancelada, pois há casos de crédito ilimitado, o que se torna extremamente perigoso — alertou oportunamente um dos delegados presentes, proposta que desde logo foi aceite.

Transferências

A fiscalização sobre transferências bancárias foi o segundo ponto da ordem dos trabalhos da reunião dos bancários. Foram alertados os delegados especialmente para as transferências relacionadas com o Banco Sotro Mayor, a que estão ligados a maior parte dos elementos presos.

— De uma maneira geral há que atender às transferências da parte das empresas para as contas pessoais dos seus patrões e

administradores, às fugas de capital através das secções do estrangeiro, sobretudo no que se refere ao movimento por telex e ainda as transferências para firmas associadas, que fazem parte do mesmo grupo económico. Estas, bem como a autorização de saques a descoberto dessas mesmas empresas associadas, podem ser maneiras de levantamento de divisas, sem ser através da própria firma — esclareceu o director do Sindicato dos Empregados Bancários.

Lembrou-se a propósito que se deverão saber efectivamente quais as cartas de crédito abertas ultimamente e o seu valor.

Segundo confirmação de fontes oficiais a direcção daquele sindicato fez lembrar que alguns administradores e seus familiares se estão a fazer deslocar para Espanha, Estados Unidos da América e outros países da Europa. Apesar de ter sido dada uma informação que está a decorrer no momento um «meeting» em Nova Iorque do Fundo Monetário Internacional e que alguns estariam decerto aí presentes, apelou-se para a vigilância dos trabalhadores bancários nesse sentido.

Vigilância e elucidação

No terceiro ponto da ordem dos trabalhos da reunião extraordinária do Sindicato dos Bancários, foi chamada a atenção de todos os delegados para a vigilância cuidadosa a membros de administrações, direcções e chefias dos bancos, reconhecidos como elementos reaccionários.

Por último, foi focada a necessidade de elucidação do público, através dos empregados que funcionam ao balcão dos estabelecimentos bancários, a fim de que devido à situação política, os clientes menos conhecedores do assunto não comecem sem motivo a fazer levantamentos inoportunos e sem razão.

1 OUT. 1974

Congeladas as contas bancárias dos implicados na conspiração

O Sindicato dos Bancários «congelou» as contas pessoais das 78 pessoas acusadas de implicações no caso da conspiração reaccionária, divulgada no fim-de-semana.

Numa reunião convocada de urgência para domingo à noite, na sede do Sindicato, a

direcção do organismo forneceu directrizes aos delegados sindicais, no sentido de serem fiscalizadas também as contas das empresas a que estão ligados os indivíduos presos — sendo impossibilitadas as transferências e o levantamento de cheques vultuosos, ou até congeladas as contas, quando pertençam a firmas de que os detidos são proprietários ou sócios-gerentes.

Uma circular do Sindicato, com a indicação de algumas dessas firmas, começou já ontem a ser distribuída, esperando a direcção que seja fornecida ainda hoje a todos os sócios.

Oficialmente, não foram dadas quaisquer instruções para congelar as contas. Tal como sucedeu nos dias imediatamente após o 25 de Abril, porém, a direcção do Sindicato antecipou-se.

«Enquanto não há ordem oficial para congelar — afirmou-nos Ezequiel Lino, um dos directores — o Sindicato exerce uma acção persuasiva. Quando surge algum cheque ou ordem de transferência dessas contas, o delegado sindical vai junto do gerente ou chefe de secção e diz-lhe que a operação não pode realizar-se. E, de uma maneira geral, tem havido compreensão e até colaboração».

Entretanto, a direcção do Sindicato prossegue os seus esforços para que o congela-

mento seja decretado oficialmente, tendo já contactado os ministros sem «basta maiores Melo Antunes e Vítor Alves («que se mostraram muito receptivos à ideia», ainda segundo Ezequiel Lino).

Com ou sem ordem do Governo, porém, o congelamento é uma realidade — embora ainda não tenha sido detectada (ou, pelo menos, não tenha chegado ao conhecimento da direcção do Sindicato) qualquer tentativa de movimento de somas significativas nas contas «sob vigilância».

1 OUT. 1974

O SINDICATO DOS BANCÁRIOS ORDENOU O CONGELAMENTO DAS CONTAS DE DEPÓSITO DOS CONSPIRADORES DETIDOS PELO M. F. A.

Enquanto não há ordem oficial para o congelamento das contas bancárias dos implicados na conspiração reaccionária detidos pelo M. F. A., o Sindicato dos Bancários decidiu que os seus associados promovam um congelamento de facto das contas pessoais desses indivíduos e que impessem as transferências e os levantamentos avultados das contas das firmas de que eles sejam proprietários ou sócios-gerentes.

A decisão foi tomada numa reunião de emergência realizada no domingo à noite, durante a qual ficou também estabelecido o processo de controlo a adoptar pelos delegados sindicais de cada dependência bancária.

Foi igualmente distribuída aos bancários uma lista com as firmas às quais se sabe estarem ligados os 76 conspiradores detidos.

Entretanto, a direcção do

Sindicato está a tentar obter o congelamento oficial dessas contas, tendo já contactado os ministros sem pasta Melo Antunes e Vítor Alves, «que se mostravam muito receptivos a ideia», segundo referiu um dos dirigentes sindicais que com eles se avistaram.

DOMINGO — DIA DE TRABALHO PARA A NAÇÃO

EMPREGADOS BANCÁRIOS VÃO LAVAR MONUMENTOS

• MULTIPLICAM-SE AS ADESÕES

O movimento no sentido de transformar o próximo domingo numa Jornada de Trabalho Nacional colhe, dia-a-dia, a adesão das massas operárias — e não só. De acordo com instruções dimanadas da Secretaria de Estado do Trabalho, todos aqueles que quiserem corresponder ao apelo do primeiro-ministro Vasco Gonçalves com um dia de trabalho voluntário normal, devem fazê-lo sem qualquer outra compensação material que não seja a remuneração habitual de qualquer dia de trabalho útil. Só deste modo, como afirmou o primeiro-ministro do Governo Provisório, poderá ser demonstrado a todos «que o povo português não quer o caos económico nem a anarquia, mas antes a consolidação do progresso democrático».

A prestação do dia de trabalho pode levantar questões sobre a melhor forma de aplicar esse serviço ou remuneração. A esse respeito podem ser elucidativas algumas das atitudes já assumidas por vários trabalhadores; alguns funcionários públicos decidiram trabalhar e prescindir de qualquer remuneração, revertendo, assim, para o Estado, o dinheiro correspondente a mais um dia de trabalho; trabalhadores bancários propõem-se lavar e limpar os monumentos e edifícios nacionais de Lisboa e Porto, onde inscrições e cartazes afectam a estética da

Outros trabalhadores propõem-se limpar e varrer ruas; artistas plásticos vão executar diversos trabalhos que oferecerão aos transportes públicos, designadamente ao Metropolitano; músicos realizarão concertos em locais

públicos, depois do seu horário de trabalho; e artistas gráficos tencionam executar cartazes de apoio ao Governo Provisório, Movimento das Forças Armadas e organizações sindicais.

Que fazer ao produto desse

em grupo ou através da empresa, enviando-se o salário do dia para o Ministério das Finanças ou, então, para obras sociais do Estado, como seja o Fundo de Desemprego ou outras. E dado que, já por mais de uma vez, foi assinalado por todas as instâncias governamentais que há necessidade de aumentar a produtividade nacional, pois dessa produtividade depende a consolidação das vitórias democráticas já alcançadas, tudo pode servir para o trabalhador manifestar a seu modo a solidariedade com o Governo Provisório; se não quiser trabalhar na fábrica ou no escritório, pode ajudar à limpeza das ruas ou à restauração de edifícios públicos e, no campo, se não tiver qualquer das suas actividades normais do dia (e tantas são elas...) poderá em pregar-se na execução de trabalhos comunitários, como seja, por exemplo, a reparação de caminhos, etc.

**Toda a gente
colabora**

Conhecem-se mais adesões ao movimento. Os funcionários do Governo Civil do Porto comunicam-nos que, no próximo domingo, as repartições se encontram abertas nas horas de expediente normal, estando inclusivamente marcada para esse dia uma reunião, pelas 10 horas, dos delegados dos partidos políticos da coligação governamental e Movimento Democrático de Gaia para apreciarem todas as questões relativas à constituição da Comissão Administrativa da Câmara Municipal daquele concelho. Idêntica atitude irão tomar os trabalhadores da Câmara Municipal de Aveiro, enquanto que os funcionários da Zona n.º 14 da Direcção-Geral de Fiscalização Económica do Porto farão do domingo um dia de trabalho normal. Também os serviços do Arquivo de Identificação de Lisboa, Porto e Coimbra laborarão normalmente.

Por outro lado, enquanto que os trabalhadores da Philips Portuguesa decidiram estar presentes nos seus postos de trabalho, e o refeitório da F.N.A.T. no Porto estará aberto como normalmente à semana, a União dos Sindicatos dos Operários das Indústrias de Fabricação de Papel, Cartonagens e Oficinas Correlativas; a Associação Comercial de Coimbra; os Sindicatos dos Profissionais da Indústria Hoteleira e Similares dos Distritos de Coimbra, Leiria, Guarda e Castelo Branco; a Comissão Directiva do Sindicato dos Médicos e os Sindicatos dos Empregados de Administração e Revisores de Imprensa, dos Técnicos de Desenho dos Profissionais de Enfermagem do Distrito do Porto, dos Professores (Zona Norte), convidam as respectivas classes a trabalhar no domingo. Também os trabalhadores do Matadouro de Matosinhos já comunicaram ao primeiro-ministro Vasco Gonçalves a sua decisão de laborarem no domingo.

Finalmente, num comunicado ontem divulgado após a realização de um plenário, a União dos Sindicatos do Porto vem reafirmar as sugestões dadas pela Secretaria de Estado do Trabalho, salientando que «a adesão à jornada é eminentemente voluntária e a sua iniciativa deve pertencer exclusivamente aos trabalhadores».

A IGREJA NÃO PÕE OBSTÁCULOS

Do Secretariado-Geral do Episcopado recebemos a seguinte nota:

«Relativamente à proposta de um jornada de trabalho no próximo domingo, perguntam os católicos se a adesão a ela implica um conflito de consciência com a prática cristã de celebrar o «Dia do Senhor» pelo descanso festivo e reunião eucarística. O Secretariado-Geral do Episcopado está autorizado a declarar que, dado o carácter esporádico da iniciativa, podem considerar-se dispensados do preceito do descanso dominical os que a ela aderirem. Devem, no entanto, fazer o possível por participar na eucaristia».

dia de trabalho? Essa também uma das muitas perguntas que nos chegaram ontem. Pois hem; essa remuneração pode reverter a favor do Estado, podendo a entrega ser feita quer individualmente quer

3 OUT. 1974

Sugerido em Coimbra no comício da União Sindical

Os 90 mil contos calculados de um dia de trabalho dos Bancários poderiam reverter para a construção de casas para pobres ou compra de tractores para a agricultura

COIMBRA, 2. — Sem reservas de qualquer espécie, envolvendo todo um esquema de perfeita unidade, o vasto salão da F.N.A.T.-Livre foi realmente pequeno para comportar o grande número de trabalhadores que ali acorreu, a participar nas comemorações do 4.º aniversário da Intersindical, promovidas nesta cidade pela respectiva União de Sindicatos.

Depois de referida a génese da Intersindical e desenvolvidos os seus principais objectivos pelo representante do Sindicato dos Electricistas, foram lidas mocções de apoio dos trabalhadores de Soure, Carvalhosas, Arganil, Ceira e Ribeira de Frades. Seguiram-se as declarações do representante dos bancários, que salientou o eficiente e profícuo trabalho dos electricistas na formação da União dos Sindicatos de Coimbra, que, embora um tanto anárquicamente a princípio, se foi realizando até à sua completa definição.

Fazendo, então, um breve resumo histórico da difícil caminhada que levou à constituição da União Sindical, desde a ocupação da então F.N.A.T., agora F.N.A.T.-Livre, trabalho em que se consubstanciou a retirada dali de toda a organização corporativo-fascista, disse, depois, da extraordinária e perfeita luta unitária dos trabalhadores, encetada na passada sexta-feira, que acabaria por fazer abortar toda a manobra da perigosa investida reaccionária, denominada «maioria silenciosa».

Finalmente, apelou para o reforço da unidade trabalhadora, efectivamente uma das principais armas de todo o concerto democrático revolucionário que há-de vencer a reacção.

Seguiram-se os representantes das classes dos enfermeiros, da indústria têxtil, dos hoteleiros e similares. Entretanto, duas mocções, aprovadas por aclamação, foram lidas: uma dirigida à Intersindical Nacional, outra ao Movimento das Forças Armadas.

Foi a vez, então, do dr. Jorge Leite, consultor jurídico da União dos Sindicatos de Coimbra, ler um curioso trabalho, cuja temática inseriu duas opções: unidade ou pluralidade sindical. Através delas, o orador sintetizou toda a panorâmica destas duas vias sindicalistas, apontando os defeitos da pluralidade e as vantagens da unidade.

Sabendo-se que entre a numerosa assistência se encontrava o dr. Orlando de Carvalho, ex-membro do

primeiro Governo Provisório e professor da Faculdade de Direito de Coimbra, os trabalhadores insistiram para que falasse no comício. O prof. Orlando de Carvalho não se excusou e, subindo ao palco, começou por afirmar todo o seu regozijo por estar a assistir a uma vibrante afirmação de pujança unitária dos trabalhadores. Apelou, a terminar, para que essa unidade se mantenha e se reforce cada vez mais.

Fernando Adão, membro directivo da União dos Sindicatos de Coimbra, leu, depois, a mensagem da Intersindical, enviada aos trabalhadores de Coimbra. Intervindo de novo, o representante do Sindicato dos Bancários afirmou que o pro-

duto de um dia de trabalho de toda a classe bancária rondaria os 90 mil contos. Por isso, sugeriu que todo esse dinheiro poderia ser empregado na construção de casas para pobres ou, na segunda hipótese, na compra de tractores para a agricultura.

Antes da entoação em coro do hino nacional, com que fechou o comício, foram ainda lidas duas mocções: uma, referente à rápida saída da legislação sindical, e que vai ser enviada ao primeiro-ministro, Vasco Gonçalves, outra, cujo contexto evoca os trabalhadores tombados às garras da P.I.D.E.-D.G.S. Ambas as mocções foram aprovadas por aclamação.

5 OUT. 1974

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO PORTO

COMEMORAÇÕES DO 5 DE OUTUBRO

A Direcção do Sindicato convida todos os bancários a participarem nas COMEMORAÇÕES DO 5 DE OUTUBRO que no Porto terão a presença do PRIMEIRO-MINISTRO BRIGADEIRO VASCO GONÇALVES.

Lembra-se que esta participação representará o apoio dos trabalhadores ao Movimento das Forças Armadas e ao Governo Provisório.

VIVA A ALIANÇA DOS TRABALHADORES COM O M. F. A!
VIVA PORTUGALI

a) A DIRECÇÃO

O ALMONDA

TORRES NOVAS

5 OUT. 1974

REUNIÃO DOS BANCARIOS

Também no mesmo dia, e pelas 21.30 horas, na Sala da Biblioteca, decorreu uma reunião de bancários que contou com a participação do sindicalista Avelino Gonçalves (ministro do Trabalho da 2.^a República). Os assuntos tratados foram sindicalismo e nacionalização de bancos, temas desenvolvidos pelo orador com clarividência e simplicidade, através de exemplos que a experiência hoje já demonstrou ser assim. No final houve certo diálogo entre alguns dos presentes, tendo Avelino Gonçalves respondido correctamente às perguntas solicitadas.

5 OUT. 1974

Bancários do Porto participam na Jornada de Trabalho

Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do Porto, considerando a adesão generalizada que mereceu aos seus associados o apelo do Primeiro - Ministro, resolveram a abertura dos Bancos no próximo domingo, e a participação dos bancários na Jornada Popular de Trabalho concretizada nos próprios locais de trabalho no desenvolvimento das tarefas habituais.

9 OUT. 1974

SINDICATO BANCÁRIOS LISBOA

ESCLARECIMENTO

Através de uma circular deste Sindicato informava-se que **Bernardino Silva Santos** (preso em Caxias) era sócio das firmas **Bernardino S. M. de Oliveira, Ld.^a** e **Tecnisola - Técnicas de Soldaduras, Ld.^a**.

Para os devidos efeitos esclarecemos que tal individuo nada tem a ver com as supracitadas firmas devendo-se o lapso ao facto dessas firmas terem um sócio de nome igual.

Lisboa, 3 de Setembro de 1974.

A DIRECÇÃO

SINDICATO BANCÁRIOS LISBOA

ESCLARECIMENTO

Tendo sido indicado numa circular deste Sindicato que **Fernando de Pina Ferreira Isasca** era sócio da firma **J. Gomes dos Santos, Ld.^a** vimos por esta forma rectificar tal informação dado que o detido já não é sócio da referida firma.

Lisboa, 3 de Setembro de 1974.

A DIRECÇÃO

9 OUT. 1974

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE LISBOA

ESCLARECIMENTO

Tendo sido indicado numa circular deste Sindicato que **Fernando de Pina Ferreira Isasca** era sócio da firma **J. Gomes dos Santos, Ld.^a**, vimos por esta forma rectificar tal informação, dado que o detido já não é sócio da referida firma.

Lisboa, 3 de Outubro de 1974.

A DIRECÇÃO

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE LISBOA

ESCLARECIMENTO

Através de uma circular deste Sindicato informava-se que **Bernardino Silva Santos** (preso em Caxias) era sócio das firmas **Bernardino S. M. de Oliveira, Ld.^a** e **Tecnisolda — Técnicas de Soldaduras, Ld.^a**

Para os devidos efeitos esclarecemos que tal indivíduo nada tem a ver com as supracitadas firmas, devendo-se o lapso ao facto de essas firmas terem um sócio de nome igual.

Lisboa, 3 de Outubro de 1974.

A DIRECÇÃO

15 OUT. 1974

BEJA

BANCÁRIOS PROMOVEM CURSO LICEAL

A delegação de Beja do Sindicato dos Empregados Bancários projecta promover um curso do ensino liceal (em princípio, os 1.º e 2.º ciclos), aberto não só aos trabalhadores bancários como igualmente a funcionários de outros sectores.

Por tal motivo, solicita-nos aquela delegação sindical que informemos todos quantos estejam interessados nesta iniciativa, para que se dirijam à respectiva delegação do sindicato, no Terreiro dos Vaientes, 16.-3.º C, nesta cidade, a fim de serem estabelecidas as normas de condução do curso.

Assinale-se que, com vista à concretização do referido curso, aquela delegação contactou já alguns professores liceais, os quais se encontram na disposição de ministrar as várias disciplinas que integram o ensino liceal.

Anote-se, igualmente, que, muito embora o curso se encontre ainda numa fase de mero projecto, os intuítos que determinaram a sua formulação (baseados, designadamente, na exigência de habilitações literárias, com vista a uma almejada promoção dos trabalhadores e na necessidade imperiosa de enriquecimento cultural que, muito iustamen-

te, por todos é reivindicado) são, por si, um garante da utilidade do curso em referência.

Aquela delegação apela igualmente para outros sindicatos (designadamente o dos Professores, dos Regentes Agrícolas, dos Médicos, etc.), que eventualmente estejam interessados numa estreita colaboração na leccionação do curso, para contactarem com a referida delegação.

Os interessados em inscreverem-se no curso deverão contactar, diariamente, entre as 21 e as 22 horas, com a delegação dos empregados bancários, nesta cidade.

1. 6 OUT. 1974

SINDICATO BANCÁRIOS DE LISBOA

ESCLARECIMENTO

Tendo sido indicado numa circular deste Sindicato que Bernardo Viana Machado Mendes de Almeida (Conde de Caria) era sócio da firma Mendes de Almeida - Comércio e Indústria de Máquinas e Equipamentos, S. A. R. L., vimos por esta forma rectificar tal informação, dado que o detido não é sócio da referida firma.
Lisboa, 15 de Setembro de 1974.

A DIRECÇÃO

17 OUT. 1974

MOÇÃO DA INTERSINDICAL

Contra o partidarismo no seio dos sindicatos

Considerando que a existência de um movimento sindical representativo exige o respeito pelos princípios democráticos e a consagração da independência e autonomia dos sindicatos relativamente ao Estado, aos partidos e ao patronato, a Intersindical Nacional, reunida em plenário na sede do Sindicato dos Ferrovários do Norte e na presença de 100 sindicatos, aprovou uma moção em que repudia todas as tomadas de posição de organizações políticas ou outras, que invocando princípios de pretensa liberdade sindical, proponham medidas legislativas ou fomentem iniciativas de trabalhadores que conduzam à criação de estruturas ou organismos sindicais que quebrem o carácter unitário da organização sindical, considerando tais iniciativas demagógicas e oportunistas.

Depois de tecer vários considerandos, nomeadamente referentes à longa tradição de unidade que tem caracterizado o Movimento Sindical Português independente e de que a sua unidade constitui um dos ele-

mentos fundamentais do desenvolvimento do processo democrático em Portugal, a moção faz as seguintes propostas: que seja defendido junto do Governo a consagração legal do princípio da unidade sindical; que seja defendida a consagração da plena independência e autonomia das organizações sindicais; que seja reclamada a consagração na lei de princípios capazes de assegurar o funcionamento democrático dos sindicatos; que seja defendida a consagração legal das normas que protejam na sua acção sindical os delegados e dirigentes; que se reclame a consagração do direito de acção sindical na empresa; que se reclame a proibição e se legisle a nulidade de qualquer acordo que limite a liberdade sindical dos trabalhadores.

A moção considera ainda como indiscutivelmente contrários aos interesses dos trabalhadores, todas as tentativas de desmembramento da organização sindical, com intuito manifesto da criação de sindicatos por opção política partidária.

MARGEM SUL - SETÚBAL - 19 OUTUBRO 1974

SINDICATO
DOS BANCÁRIOS
DE LISBOA

Este Sindicato realizou em 25 de Setembro e em 2 do corrente duas importantes reuniões com o Grémio dos Bancos sob os auspícios do Ministério do Trabalho:

1.ª REUNIÃO

A primeira reunião decorreu toda com a resposta do Grémio ao documento sindical, tendo o patronato referido o seguinte:

I — Matéria Aceite

1. Concordam com a extinção das classes H e I.
2. Estão de acordo em que as telefonistas entrem no cômputo total de empregados para efeito do mapa de densidades.
3. Estão de acordo que as telefonistas sejam obrigatoriamente promovidas a partir da G dentro dos três meses posteriores à obtenção do 2.º ciclo liceal ou equivalente.
4. Decorrente do n.º 1 concordam que os actuais empregados das classes H e I sejam promovidos a partir da G.
5. Concordam com a remuneração do trabalho extraordinário nocturno nos termos propostos pelos Sindicatos.
6. Concordam que as diuturnidades não têm limite e que a partir da quarta sejam calculadas à taxa de 9%.
7. Aceitam a concessão a todos os empregados de 30 dias de férias, anualmente.
8. Aceitam a proibição do recurso a trabalho eventual.

II — Matéria a que responderam contrapropostas por parte do Grémio

4. Trabalho consecutivo

Salvo o disposto neste C.C.T. é proibida a prestação de trabalho por períodos superiores a 5 horas consecutivas mesmo que se trate de prolongamento do período normal com trabalho extraordinário caso em que haverá um intervalo de duração não inferior a 5 nem superior a 30 minutos.

5. Número máximo de horas de trabalho extraordinário

Cada trabalhador não poderá prestar mais do que duas horas de trabalho extraordinário por dia, até ao máximo de 180 por ano.

6. Retribuição

Retribuições actuais aumentadas de 2000\$00 em todas as classes.

7. Condições de isenção do horário de Trabalho

Os trabalhadores isentos de horário de trabalho têm direito a uma retribuição que não será inferior à remuneração correspondente a 22% da retribuição efectiva, no caso de não excederem em média de uma hora o seu período normal de trabalho diário; de outra forma, a remuneração adicional não será inferior a 46% da retribuição efectiva. (São condições inferiores às determinadas no C.C.T.).

8. Faltas por motivo de parto

O Grémio contrapõe 60 dias a conceder mediante parecer favorável dos serviços médicos da entidade patronal ou da Caixa de Previdência.

Sobre matéria previdencial ficaram de apresentar na 2.ª reunião o seu ponto de vista.

Quanto a outras matérias do protocolo, o Grémio ou entende serem inoportunas ou deverem ser tratadas numa futura revisão contratual do C.C.T.

1. Promoção dos cobradores com mais de 10 anos de serviço.

Aceitam a preferência absoluta na promoção a funções de tesouraria dos cobradores nas condições acima referidas, mas conservando a classe E como limite do acesso (Portanto aceitam o que já está no C.C.T.).

2. Preferência do antigo pessoal das classes J, K, L e M

Os empregados colocados nas classes J, K, L e M terão preferência na admissão às categorias a partir da classe G e com acesso até à classe E inclusive, desde que, até 31/12/75 façam 5 anos de antiguidade e possuam habilitações correspondentes ao ciclo preparatório do ensino secundário. (Esta redacção diminuiria o alcance da Cl.º 173.º do C.C.T.).

3. Proibição do uso de fardas

Os contínuos, porteiros, ordenanças e vigilantes quando em serviço e no exercício de funções de contacto com o público devem usar farda, a fornecer gratuitamente pela entidade patronal, ou trajo adequado com distintivo amovível que identifique as funções que o empregado exerce.

2.2 OUT. 1974

INDIVIDUALIDADES OFICIAIS REALÇAM A IMPORTÂNCIA DAS JORNADAS DEMOCRÁTICAS

Enquanto decorrem por todo o país sessões de esclarecimento e debate, no âmbito das Jornadas Democráticas, com vista a um levantamento dos problemas que mais directamente afectam a população portuguesa, uma delegação portuguesa, uma delegação da Comissão Central do Movimento Democrático Português avistou-se já com o primeiro-ministro Vasco Gonçalves, com elementos da Comissão Coordenadora do M. F. A. e com o ministro da Administração Interna, tenente-coronel Costa Brás.

Nas conversações havidas, aquelas altas individualidades fizeram ressaltar o interesse da iniciativa e a importância de que se reveste no actual momento em que é fundamental o esclarecimento e politização das massas populares.

Por outro lado, pela sede do MDP/CDE têm passado inúmeras individualidades ligadas ao actual momento político português e que estão integradas em comissões coordenadoras das diversas secções em que se dividem as Jornadas Democráticas. É o caso do secretário de Estado das Pescas, Mário Ruivo, do secretário de Estado do Trabalho, Carlos Carvalhas, do secretário de Estado dos Desportos, Avelãs Nunes, do Director-Geral dos Desportos, Melo de Carvalho, do presidente e vice-presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa,

respectivamente eng. Caldeira Rodrigues e arq. Filipe Lopes, de Belmira Martins, Joel Ser-

rão, João Cravinho, Mário Murteira e Helena Cidade Moura, além de outros.

BANCÁRIOS E SEGUROS VOTAM UNIDADE SINDICAL

Fazendo uma análise da luta dos trabalhadores durante o fascismo, a base socio-profissional do MDP/CDE de Lisboa, num documento integrado nas Jornadas Democráticas, afirma que «a unidade dos trabalhadores constitui uma necessidade histórica, na medida em que só unidos estarão em condições de fazer frente ao seu inimigo de classe, o patronato».

Depois de referirem que «o movimento sindical português nasceu da experiência de luta dum povo oprimido por longos anos sob o fascismo», consideram que foi «real e heróica a organização dos trabalhadores nos sindicatos corporativos» que o fascismo criara com a finalidade de dividir os trabalhadores e, consequentemente, de diminuir a capacidade revolucionária dos sindicatos, chegando ao ponto de prender os dirigentes sindicais mais activos e a carregar sobre os trabalhadores com a polícia de choque.

Apesar disso, todas estas confrontações, varrendo o país, contribuíram significativamente para a sepultura do odioso fascismo, e braços com a sua insustentável guerra colonial e a inflação galopante e «orgulhosamente só» no contexto internacional.

SESSÕES MARCADAS PARA HOJE

Numerosas realizações, que vão desde as reuniões, aos colóquios, sessões de esclarecimento ou exposições, continuam a assinalar os trabalhos de preparação das Jornadas Democráticas, iniciativa com que o Movimento Democrático Português promove a discussão pública dos

grandes problemas nacionais da actual conjuntura e que culminará em Lisboa nos três primeiros dias do próximo mês.

Entretanto, para hoje, estão marcadas mais as seguintes reuniões, nos locais que a seguir indicamos:

— Em Cascais, na Sociedade Columbófila, às 21.30, sobre o ensino e cultura populares na luta pela democracia e a luta contra as forças anti-democráticas.

— Em Oeiras, no Centro de Cultura e Recreio, às 21.30 para debate de problemas ligados ao custo de vida, despedimentos e democratização da vida económica.

— Em Malveira da Serra, na Sociedade local, às 21.30, sobre as secções II e III, respectivamente o «Desenvolvimento da vida democrática local e regional» e «Custo de vida, despedimentos e democratização da vida económica».

— Em Montemor, na Escola Velha, às 21.30, análise do «Programa do MFA no processo democrático português».

— Em Murteira, no Salão, sobre os problemas da agricultura e do mundo rural, às 21.30.

— No Carregado, às 21.30, com as presenças de Pedro Ramos de Almeida e António Galhordas, para orientarem os debates sobre o «Programa do MFA no processo democrático português» e a «Luta contra as forças anti-democráticas».

— Em Pinheiro de Loures, às 21.30, onde será discutido o «Ensino e cultura populares na luta pela democracia».

— Em S. Tiago, na Junta de Freguesia, às 21 horas, sobre a «Luta contra as forças anti-democráticas».

— Na Póvoa de Santa Iria, às 21.30, sobre «Custo de Vida, despedimentos e democratização da vida económica» e «a luta contra as forças anti-democráticas».

23 OUT. 1974

REUNIAO COM TRABALHADORES BANCÁRIOS EM LEIRIA — Na sequência das suas sessões de esclarecimento dedicadas aos diversos sectores socio-profissionais, o P. P. D. promoverá nova reunião com os trabalhadores bancários, que se realizará hoje, às 21 e 30, na sede do Partido, Rua da Vitória, 1, na cidade de Leiria. Esta reunião será dedicada aos trabalhadores dos Bancos Portugêses do Atlântico, Espírito Santo, Totta & Acores, Fonseca & Burnay, Sotto Mayor, Borges & Irmão e Caixa Geral de Depósitos.

DIÁRIO POPULAR

LISBOA

21 OUT. 1974

Trabalhadores Bancários —

As 21 e 30, na Rua da Vitória, em Leiria, dedicada aos trabalhadores dos Bancos Português do Atlântico, Espírito Santo, Totta & Açores, Fonsecas & Burnay, Sotto Mayor, Borges & Irmão e Caixa Geral de Depósitos.

24 OUT. 1974

Uma decisão da E. N. que causou surpresa ao Sindicato dos Empregados Bancários do Distrito de Setúbal

A propósito da suspensão, na Emissora Nacional do programa sobre o Sindicalismo e da substituição da respectiva equipa de trabalho, a direcção do Sindicato dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa enviou um telegrama ao secretário de Estado da Comunicação Social e ao director-geral da Emissora Nacional, manifestando a sua surpresa pela decisão, a qual «constitui um ataque à informação e esclarecimento, objectivo da realidade sindical. O telegrama termina por afirmar: «Protestamos ainda energeticamente contra o uso de pluralismo democrático como pretexto para suspender um programa que interessa a todos os trabalhadores.»

24 OUT. 1974

LISBOA

BANCÁRIOS PROTESTAM CONTRA SUSPENSÃO DE PROGRAMA NA E. N.

NA sequência da decisão que levou ao afastamento da equipa que produzia o programa sobre sindicalismo na Emissora Nacional, com a consequente suspensão do mesmo, a direcção do Sindicato dos Bancários de Lisboa enviou telegramas de protesto ao secretário de Estado da Comunicação Social e ao director-geral da E. N., nos quais se manifesta grande surpresa pelas referidas medidas, «dada a qualidade e seriedade que constatámos durante as suas

emissões». Os telegramas afirmam ainda que, a consumarem-se tais medidas «não deixarão de ser denunciadas pelos trabalhadores por constituírem um ataque à Informação e esclarecimento objectivo da realidade sindical». Finalmente a direcção do Sindicato dos Bancários protesta ainda contra «o uso do pluralismo democrático como pretexto para suspender um programa que interessa a todos os trabalhadores».

24 OUT. 1974

O SINDICATO DOS BANCÁRIOS PROTESTA CONTRA A SUSPENSÃO DO PROGRAMA «SINDICALISMO»

Conforme noticiámos na nossa edição de terça-feira, foi suspenso o programa «Sindicalismo», que a Emissora Nacional transmitia regularmente e cuja realização estava confiada a Helena Neves e Madeira Claudino. De entre

as razões então apontadas para o facto, destacava-se uma eventual necessidade de reformular a estrutura e o conteúdo do programa e constituir uma nova equipa realizadora.

Entretanto, o Sindicato dos

Bancários de Lisboa, ao ter conhecimento da suspensão do programa, enviou ao secretário de Estado da Comunicação Social e ao Director-Geral da Emissora Nacional um telegrama com o seguinte teor:

« Direcção Sindicato Bancários de Lisboa tendo conhecimento pelos jornais suspensão programa Sindicalismo e substituição equipa do programa manifesta grande surpresa medidas anunciadas dada a qualidade e seriedade que constatámos durante as suas emissões stop ao consumarem-se tais medidas elas não deixarão de ser denunciadas pelos trabalhadores por constituírem um ataque à informação e esclarecimento objectivo da realidade sindical stop protestamos ainda energicamente contra o uso de pluralismo democrático como pretexto para suspender um programa que interessa a todos os trabalhadores».

24 OUT. 1974

BANCÁRIOS DE LISBOA —

Foi enviado o seguinte telegrama ao secretário de Estado da Comunicação Social e ao director-geral da Emissora Nacional:

«A direcção do Sindicato dos Bancários de Lisboa, tendo conhecimento pelos jornais da suspensão do programa «Sindicalismo» e da substituição da equipa do programa, manifesta grande surpresa pelas medidas anunciadas, dada a qualidade e seriedade que constatámos durante as suas emissões. Ao consumarem-se tais medidas, elas não deixarão de ser denunciadas pelos trabalhadores, por constituírem um ataque à informação e esclarecimento objectivo da realidade sindical. Protestamos ainda energicamente contra o uso de pluralismo democrático como pretexto para suspender um programa que interessa a todos os trabalhadores.»

25 OUT. 1974

Viseu

Delegação em Viseu do Sindicato dos Empregados Bancários

Está praticamente concretizada a ideia da criação, na nossa cidade, de uma Delegação do Sindicato Bancário dependente de Coimbra.

A iniciativa está amplamente justificada dado o número elevado da população bancária, numa zona que compreende nomeadamente as Agências de Viseu, Nelas, Mangualde, S. Pedro do Sul, Lamego e Tondela.

A Delegação irá ser um prolongamento do Sindicato. A par da actividade puramente sindical, não serão esquecidas as funções recreativa e cultural.

Medida de longo alcance que, esperamos, venha a propiciar os benefícios pretendidos, nomeadamente os que se prendem com o espírito de unidade que deve ser apanágio da classe.

Agostinho Torres

25 OUT. 1974

"Sindicalismo" na Emissora Nacional

A suspensão do programa «Sindicalismo» na Emissora Nacional e que era da responsabilidade de Helena Neves e Madeira Claudino tem causado surpresa nos meios ligados aos trabalhadores e não só.

A propósito desta decisão o Sindicato dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa enviou um telegrama ao secretário de Estado da Comunicação Social e ao inspector-geral da E.N. manifestando a sua surpresa pela decisão, a qual

«constitui um ataque à informação e ao esclarecimento objectivo da realidade sindical», protestando contra «o uso de pluralismo democrático como pretexto para suspender um programa que interessa a todos os trabalhadores».

O programa agora suspenso e cuja equipa vai ser substituída ia para o ar todas as segundas, quartas e sextas, sendo repetido depois nas emissões da noite e era notória a sua aceitação pela maneira como estava elaborado.

28 OUT. 1974

Campanha «Pró Pronto-Socorro dos Bombeiros V. de Almada» A GRANDE LIÇÃO DE UM GRUPO DE BANCÁRIOS

Da forma como a nossa campanha de solidariedade para com os Bombeiros Voluntários de Almada está a ser acolhida pelo público, melhor do que nós fala a carta enviada pelos empregados do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa — Agência de Almada, a acompanhar o donativo de 1581\$00.

Diz a carta, que registamos sem comentários:

Amigos e Srs.
«Ref.ª Campanha Pró Pronto-Socorro

Temos seguido a campanha em referência com o interesse que a mesma justifica.

Por nos termos apercebido das algumas modestíssimas contribuições, em pouco número felizmente, só justificadas pelas tremendas dificuldades financeiras que atravessam alguns grandes senhores do capital, nós, simples trabalhadores, apesar de já termos contribuído individualmente, solidarizamos-nos no sentido de mini-

mizar o efeito dessas tais modestas contribuições.

Assim, juntamos à presente o cheque n.º 781007 a/Banco Espírito Santo — Almada, da importância de Esc. 1581\$00, produto da recolha de fundos.

Com os n/melhores cumprimentos, desejamos-lhe todo o apoio que a v/ção insigne missão bem merece.

Trabalhadores do BESCL - Almada

Mais crianças que entram na roda

Ao longo da nossa campanha várias crianças têm, espontaneamente, manifestado o seu amor pelos «Soldados da Paz», contribuindo com a sua ajuda para que

(Continua na pág. 7)

«Pró Pronto-Socorro dos B. U. A.»

(Continuação da 1.ª pág.)

os Bombeiros de Almada possam adquirir o pronto-socorro de que tanto necessitam. Hoje há mais um grupo a registar: — os pequenos do Centro Paroquial de Almada, que entregaram na secretaria da Corporação a quantia de 372\$50.

Também sabemos que a filha do nosso amigo João Coito Baptista se propôs fazer um pedidório entre as suas colegas da Escola Primária da Charneca de Caparica. Aguardamos os resultados e agradecemos a boa vontade.

OUTROS DONATIVOS

A voluntária do Corpo Auxiliar Feminino dos B. V. A. organizou mais um pedidório na Cova da Piedade e Feijó, conseguindo 3000\$00; os trabalhadores da Lémaito en-

viaram 383\$10, o sr. Juvino Lino, 200\$00; e a Beira-Rio, Lda., 1000\$.

Na nossa redacção recebemos também do sócio n.º 527 dos B.V.A. a quantia de 500\$00.

A CAMPANHA CONTINUA!!!

INFORMAÇÃO QUE SE IMPOE

Em aditamento à lista de donativos mencionados no último número, cumpre-nos informar que no montante do pedidório efectuado na Tabacaria Arcada está incluída a importância de 507\$50 oferecida pelo proprietário do mesmo estabelecimento e que não publicamos todos os nomes dos contribuintes porque vários se encontram ilegíveis na lista que nos foi fornecida.

E por hoje é tudo. Para a semana haverá mais... se o leitor amigo estiver de acordo.

26 OUT. 1974

O SINDICATO DOS BANCÁRIOS E O PROGRAMA RADIOFÓNICO "SINDICALISMO"

Do Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa, recebemos, com o pedido de publicação, o texto de um telegrama enviado por aquele sindicato ao secretário de Estado da Comunicação Social e ao presidente da direcção da Emissora Nacional. É do seguinte teor:

«A Direcção do Sindicato dos Bancários de Lisboa, tendo conhecimento pelos jornais da suspensão do programa «Sindicalismo» e substituição da equipa do programa, manifesta grande surpresa, medidas anunciadas dada a qualidade e seriedade que constatámos durante suas emissões. Ao consumarem-se tais medidas elas não deixarão de ser denunciadas pelos trabalhadores por constituírem um ataque à informação e esclarecimento objectivo da realidade sindical.

Protestamos ainda energicamente contra o uso de pluralismo democrático como pretexto para suspender um programa que interessa a todos os trabalhadores».

26 OUT. 1974

Os trabalhadores da C.G. Depósitos vão ser sindicalizados

O Conselho de Ministros deverá apreciar na próxima semana o plano de estruturação do «novo» Ministério do Trabalho, finda a «liquidação» do antigo Ministério das Corporações e, consequentemente, da organização corporativa fascista de que ele era o suporte. A nova lei orgânica, aliás anunciada pelo capitão Costa Martins, tempos atrás, encontra-se concluída.

Segundo pudemos apurar esta manhã é diminuto o número de conflitos de trabalho actualmente na agenda do Ministério. Na segunda-feira, iniciam-se as negociações com a mediação oficial, entre os ajudantes técnicos de farmácia e a associação de proprietários respectiva, pelo que está posta de parte, para já, a anunciada greve daquela classe trabalhadora. Por outro lado, prosseguem as negociações, com a colaboração do departamento competente do Ministério do Trabalho, para as convenções colectivas dos trabalhadores rurais dos distritos de Beja e Portalegre, cujo caminho não tem sido nada fácil.

Entretanto, decorreu ontem de manhã uma importante reunião dos secretários de Estado do Tesouro e do Trabalho com a direcção do Sindicato dos Bancários, durante a qual se tratou da intervenção da banca nacionalizada nas negociações com o sindicato. Assumiu especial importância o problema laboral do Banco de Portugal, onde havia diferenças de remuneração entre os homens e mulheres. Tal estado de coisas vai ser corrigido em breve. Ao mesmo tempo, estudaram-se as possibilidades próximas de integração dos corretores de banca no sindicato, prevendo-se a sua distribuição, como funcionários bancários de direito pelos diversos bancos do Estado.

Outro problema em destaque nesta reunião foi o dos funcionários da Caixa Geral de Depósitos, que em breve deverão ser também sindicalizados — o que até agora não acontecera dado o seu estatuto especial por pertencerem no anterior regime a uma entidade bancária que, era pertença única do Estado.

28 OUT. 1974

BEJA

CURSO
DO ENSINO
LICEAL
DOS BANCÁRIOS

Devem ser feitas até ao final do corrente mês de Outubro, na delegação de Beja do Sindicato dos Bancários, ao Terreiro dos Valentés, 16-3.º C, as inscrições para a frequência do curso do ensino liceal que, por iniciativa daquela delegação sindical, vai ser levado a efeito.

Recorde-se que o curso, que, aliás, está a obter grande receptividade, dado o elevado número de inscrições verificado, é aberto não só aos trabalhadores bancários como, igualmente, a funcionários de outros sectores profissionais.

Serão ministradas as várias disciplinas do ensino liceal, com vista à realização de exames dos (antigos) 5.º e 7.º anos, tarefa para a qual se tem registado assinalável correspondência de professores, os quais têm também aderido, em grande número, à iniciativa.

Os interessados em inscreverem-se, quer na frequência, quer na ministração do curso, deverão dirigir-se à delegação do sindicato, diariamente, entre as 21 e as 22 horas.

Entretanto, está previs-

ta para o próximo dia 4 de Novembro uma reunião entre os professores e os alunos que frequentarão o curso, para definição das linhas mestras por que aquele se regerá. Essa reunião terá lugar na delegação do Sindicato dos Bancários.

29 OUT. 1974

SINDICATO para os trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos

Em reunião recente realizada entre os secretários de Estado do Tesouro e do Trabalho, durante a qual foram debatidos diversos problemas, assumiu relevo na agenda de trabalhos a sindicalização dos funcionários da Caixa Geral de Depósitos — o que até agora não acontecera dado o seu estatuto especial por pertencerem, no anterior regime, a uma entidade bancária que era pertença exclusiva do Estado.

30 ~~188~~ 1974
OUT

Bancários regressaram da República Democrática Alemã

Chega hoje a Lisboa, de avião, a delegação de dirigentes dos três Sindicatos Bancários portugueses que visitou durante duas semanas a República Democrática Alemã.

3 0 OUT. 1974

Dirigentes bancários regressam da R. D. A.

Por via aérea, chega hoje a Lisboa, às 17,25, a delegação de dirigentes dos três Sindicatos Bancários portugueses, que visitou, durante duas semanas, a Republica Democrática Alemã.

Trata-se da primeira delegação de dirigentes sindicais bancários portugueses que, a convite daquele país, teve oportunidade de contactar com a realidade política, sindical e social da Alemanha Oriental.

30 OUT. 1974

BANCÁRIOS PORTUGUESES REGRESSAM DA R. D. A.

A hora de o nosso jornal começar a circular, é esperada, no aeroporto de Lisboa, a delegação de dirigentes dos três sindicatos bancários portugueses, que durante duas-semanas visitou a República Democrática Alemã.

Aqueles dirigentes deslocaram-se à R. D. A. a convite dos sindicatos alemães, tendo tido oportunidade de contactar com a realidade política, sindical e social daquele país.

30 OUT. 1974

Situação dos empregados bancários dos estabelecimentos nacionalizados

A situação dos empregados bancários dos estabelecimentos emissores e de crédito nacionalizados recentemente, especialmente no respeitante aos direitos e regalias sindicais, foi analisada numa reunião do secretário do Tesouro com os representantes do Governo Provisório nos bancos de Portugal, Angola e Nacional Ultramarino e das direcções dos sindicatos ban-

cários de Lisboa, Porto e Coimbra. Na sequência dos contactos já havidos com o Primeiro-Ministro e outros membros do Governo, o encontro de hoje teve o propósito de procurar solução para o impasse a que tinham chegado as negociações do protocolo apresentado ao Grémio e que se referem aos direitos decorrentes da aplicação do con-

trato colectivo de trabalho aos trabalhadores abrangidos pela decisão governamental para as nacionalizações. Além das outras situações existentes nos bancos do Estado, tratou-se da sindicalização dos trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos (também organismo estatal) e do prosseguimento das negociações entre o Grémio e os Sindicatos no referente ao C. C. T.

Bancários na R. D. A.

Regressou a Lisboa a delegação do Sindicato

Regressou ontem a Lisboa a delegação dos Sindicatos dos Bancários de Lisboa, Porto e Coimbra que visitou a República Democrática Alemã.

Esta delegação era constituída por Anselmo Dias, de Lisboa; Alberto Ibanex, do Porto, e Carlos Dias, de Coimbra, e ainda por um economista, sócio do Sindicato de Lisboa, Mário Brandão.

A visita foi efectuada a convite do Sindicato dos Órgãos estatais, que reúne seiscentos mil trabalhadores, permitindo verificar e constatar a estrutura sindical num país socialista e ao mesmo tempo aperceber-se da importância que tem o sector bancário num país socialista.

Segundo declarou Anselmo Dias, efectuaram-se várias reuniões com dirigentes sindicais e dirigentes do Banco Central da R.D.A. Referiu: «Para além do aspecto económico e sindical, aquilo que de maior relevância constatámos foi a fraternidade dos trabalhadores da R.D.A., que denuncia um extremo amor pela paz.»

Em Orienburgo cidade de vinte mil habitantes, participaram num comício de soli-

dade portuguesa são profundamente discutidas na R. D.A.

Por último, afirmou que os dirigentes do sindicato alemão consideraram esta visita dos delegados portugueses como uma das mais importantes do género ali efectuada, tendo sido feito novo convite para uma outra delegação de bancários visitar a R.D.A. em Setembro do próximo ano.

A SITUAÇÃO POLÍTICA PORTUGUESA APRECIADA NA ALEMANHA DE LESTE

Regressou ontem à capital a delegação dos sindicatos dos bancários de Lisboa, Porto e Coimbra, constituída por Anselmo Dias, Alberto Ibanez, Carlos Dias e o economista dr. Mário Brandão, que visitou a República Democrática Alemã.

Segundo declarou Anselmo Dias no decorrer da visita efectuada a convite do Sindicato dos Órgãos Etatais que reúne 600 000 trabalhadores, decorreram várias reuniões com dirigentes sindicais e os mais altos dirigentes do banco central da R. D. A.. Informou ainda que em Orienburgo — cidade de 20 000 habitantes, tomaram parte num comício de solidariedade para com os trabalhadores portugueses.

A situação política e a actividade da sociedade portuguesa são profundamente discutidos na R. D. A., salientou Anselmo Dias que, por último, revelou ter sido feito novo convite para uma outra delegação de bancários visitar a República Democrata Alemã em Setembro de 1975.



Regressou, ontem, a Lisboa, a delegação dos sindicatos dos bancários que, a convite do R. D. A., visitou aquele país.

Bancários na R. D. A.

Regressou a Lisboa a delegação do Sindicato

Regressou ontem a Lisboa a delegação dos Sindicatos dos Bancários de Lisboa, Porto e Coimbra que visitou a República Democrática Alemã.

Esta delegação era constituída por Anselmo Dias, de Lisboa; Alberto Ibanez, do Porto, e Carlos Dias, de Coimbra, e ainda por um economista, sócio do Sindicato de Lisboa, Mário Brandão.

A visita foi efectuada a convite do Sindicato dos Órgãos estatais, que reúne seiscientos mil trabalhadores, permitindo verificar e constatar a estrutura sindical num país socialista e ao mesmo tempo aperceber-se da importância que tem o sector bancário num país socialista.

Segundo declarou Anselmo Dias, efectuaram-se várias reuniões com dirigentes sindicais e dirigentes do Banco Central da R.D.A. Referiu: «Para além do aspecto económico e sindical, aquilo que de maior relevância constatámos foi a fraternidade dos trabalhadores da R.D.A., que denuncia um extremo amor pela paz.»

Em Orienburgo cidade de vinte mil habitantes, participaram num comércio de soli-

dariedade para com os trabalhadores portugueses. O dirigente bancário acentuou, ainda, que a situação política e a actividade da socie-

dade portuguesa são profundamente discutidas na R. D.A.

Por último, afirmou que os dirigentes do sindicato alemão consideraram esta visita dos delegados portugueses como uma das mais importantes do género ali efectuada, tendo sido feito novo convite para uma outra delegação de bancários visitar a R.D.A. em Setembro do próximo ano.

CAUSA ADMIRAÇÃO NA R. D. A. A LUTA DOS SINDICATOS PORTUGUESES DURANTE O LONGO PERÍODO DO FASCISMO

★ Delegados dos três Sindicatos dos Bancários portugueses regressaram, ontem, da República Democrática Alemã

A verificação do que é a estrutura sindical num país socialista foi um dos principais objectivos que levaram a República Democrática Alemã uma delegação dos Sindicatos dos Bancários de Lisboa, Porto e Coimbra, a qual ontem regressou ao País.

Constituída por Anselmo Dias, Alberto Ibañez e Carlos Dias, a delegação á qual se associou também o economista dr. Mário Brandão, sócio do Sindicato dos Bancários de Lisboa, partiu para a R. D. A. no passado dia 18, a convite do Sindicato dos Órgãos Estatais daquele país, no qual estão agrupados cerca de 600 mil trabalhadores, integrando-se na Confederação dos Sindicatos Livres Alemães, organização unitária de todos os trabalhadores.

Várias reuniões de trabalho com responsáveis sindicais e com os mais altos dirigentes do Banco Central da R. D. A. constituíram o programa desta visita, que permitiu á delegação aperceber-se da «importância do sector bancário num país socialista» e observar a «realidade concreta» da sua estrutura sindical.

«Contrariamente ao que muitos portugueses (e mesmo colegas) pensam, a estrutura bancária é fundamental ao desenvolvimento dum país socialista» — frisou Anselmo Dias, do Sindicato de Lisboa, falando em nome dos seus camaradas de viagem.

Por outro lado, acrescentou, para além do aspecto sindical e económico, aquilo que mais sensibilizou a delegação portuguesa foi a «extraordinária fraternidade» dos trabalhadores da R. D. A., fraternidade que denuncia um «extremo amor pela paz». Aliás, aumentar o intercambio internacional com vista á aproximação dos povos» era outro dos objectivos desta viagem, conforme acentuou.

Durante a estadia, a comitiva fora feito novo convite para outra bancária teve também a oportunidade de assistir, em Orienburgo (uma cidade de vinte mil habitantes), a ano.

mais importantes» feitas ao seu país e que correspondeu ao «mutuo desejo de estabelecer contactos amistosos».

Por ultimo, informou que a delegação iria fazer um relatório da visita para os três sindicatos e que



Três membros de delegação dos bancários portugueses falando ao repórter do «D. N.»

um comício de solidariedade para com os trabalhadores portugueses, no qual estiveram representadas todas as organizações sindicais do distrito de Potsdam e o Movimento da Juventude Alemã. Foram dirigidas palavras da mais viva fraternidade e amizade para com o povo português, repassadas da mais extraordinária admiração por tudo «aquilo que estamos fazendo desde 25 de Abril». — informou Anselmo Dias.

Também a situação política e a actividade sindical — acrescentou o mesmo dirigente sindical — são larga e profundamente discutidas na R. D. A.

Segundo declarou, os alemães do R. D. A. admiram a resistencia empreendida pelos sindicatos portugueses, durante o longo periodo de repressão fascista.

Finalmente, Anselmo Dias declarou que a visita foi considerada, pelos dirigentes do Sindicato dos Órgãos Estatais, como «uma das